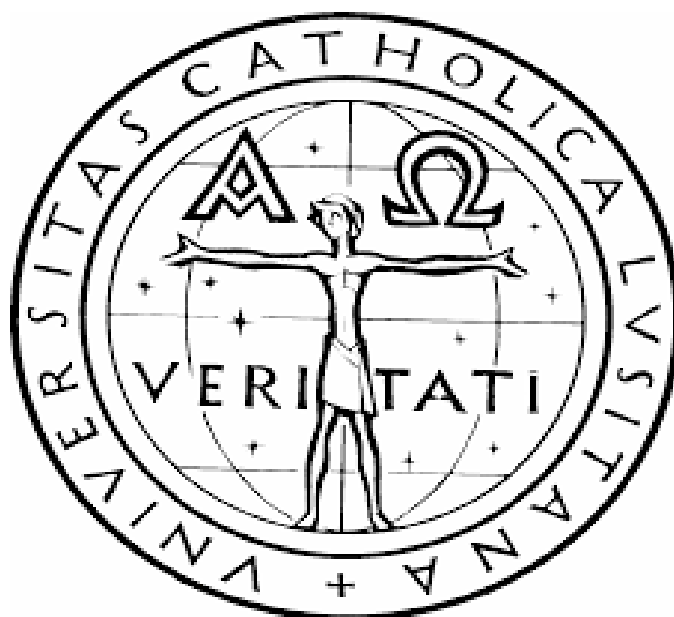


**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DO PORTO**

Mestrado em Direito da Empresa e dos Negócios



A RESPONSABILIDADE DO SÓCIO ÚNICO

Realizado por: Rui Tiago Conceição Peito

Orientação científica: Maria de Fátima Ribeiro

Porto, 2014

AGRADECIMENTOS

*Ao meu Pai e à minha Mãe pelo incentivo e coragem
transmitidos*

*À memória do meu falecido Avô António pela alegria
que lhe daria*

À minha restante família

Aos amigos e colegas sempre presentes

*À Senhora Professora Doutora Maria de Fátima
Ribeiro pelos ensinamentos e orientação prestados*

SIGLAS

BMJ – Boletim do Ministério da Justiça

CDP – Cadernos de Direito Privado

CI – Contratto e Impresa, Padova (CEDAM)

DJ – Direito e Justiça

DSR – Direito das Sociedades em Revista

GC – Giurisprudenza Commerciale – Società e Fallimento, Roma/Milano (Ed. Giuffrè)

RED – Revista Electrónica de Direito

RED – Revista de Direito e Economia

RCEJ – Revista do Centro de Estudos Judiciários

RDES – Revista de Direito e Estudos Sociais

RJUM – Revista Jurídica da Universidade Moderna

RFDUP – Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

RLJ – Revista de Legislação e Jurisprudência

ROA – Revista da Ordem dos Advogados

SI – Scientia Iuridica

ABREVIATURAS

CC – Código Civil

CIRE – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

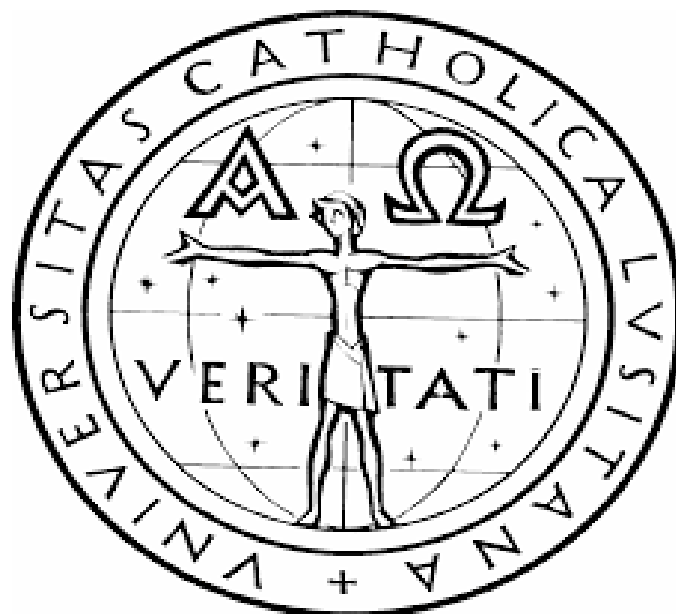
CPEREF – Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência

CSC – Código das Sociedades Comerciais

EIRL – Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada

LSC – Ley de Sociedades de Capital

SUQ – Sociedade Unipessoal por Quotas



A RESPONSABILIDADE DO SÓCIO ÚNICO

Rui Tiago Conceição Peito,

Porto, 2014

1. Introdução

Com a presente dissertação, propomo-nos analisar em exclusivo a temática da responsabilidade do sócio único da sociedade unipessoal por quotas, pelo que as questões relativas às sociedades anónimas unipessoais (art. 488º e segs do CSC) não integram o seu objecto.

Com a aprovação da 12ª Directiva em matéria de sociedades (89/677/CEE), do Conselho, de 21 de Dezembro de 1989, o legislador português consagrou a SUQ com o DL nº 257/96, de 31 de Dezembro que aditou ao CSC a disciplina constante no art. 270º-A a 270ºG (Capítulo X).

Para efeitos da responsabilidade do sócio único, o elemento nuclear do regime da SUQ encontra-se disposto no art. 270º-F do CSC sob a epígrafe “Contrato do sócio com a sociedade unipessoal”. Desde a versão originária do CSC que a responsabilidade do sócio único é regulada nos termos do art. 84º do CSC, ainda que a sua previsão tenha subjacente a situação de uma sociedade constituída com dois ou mais sócios que posteriormente se vê reduzida à unipessoalidade devido à concentração das quotas num único sócio.

Deste modo, a presente dissertação servirá para analisar ou, pelo menos, para reflectir sobre as diversas questões e controvérsia que se colocam em torno da questão da responsabilidade do sócio único: em que circunstâncias o sócio único é responsabilizado nos termos do art. 84º do CSC? Até que ponto o regime do art. 84º do CSC constitui um meio eficaz para a promoção da responsabilização do sócio único? O âmbito de aplicação do art. 84º do CSC circunscreve-se aos casos de unipessoalidade superveniente ou pode ser aplicado às sociedades por quotas originariamente unipessoais? Qual o regime jurídico aplicável às situações de unipessoalidade material? Ao determinar que “A violação do disposto nos números anteriores implica a nulidade dos negócios jurídicos celebrados e responsabiliza ilimitadamente o sócio”, como deve ser interpretada a estatuição do nº 4 do art. 270º-F do CSC? A partir do momento em que o sócio único e a SUQ celebram um contrato em desrespeito pelos requisitos exigidos no nº 1 a 3 do art. 270º-F do CSC, aquele torna-se ilimitadamente responsável pelas obrigações contraídas pela SUQ, ou apenas será possível demandar a sua responsabilidade pelos prejuízos resultantes do

contrato? Qual a natureza jurídica da responsabilidade do sócio único nos termos dos arts. 84º e 270º-F do CSC?

No primeiro capítulo faremos uma análise e contextualização histórica da unipessoalidade originária no âmbito do direito comparado, comunitário e português, bem como procederemos à determinação das suas diversas categorias.

Por sua vez, o capítulo seguinte versará sobre as questões que se levantaram em torno da responsabilidade do sócio único da SUQ (arts. 84º e 270ºF do CSC).

CAPÍTULO I

A UNIPESSESOALIDADE SOCIETÁRIA NO DIREITO COMPARADO, COMUNITÁRIO E PORTUGUÊS

2. A Unipessoalidade Societária no Direito Comparado

Até ao início da década de 80 do século XX, a unipessoalidade societária originária era reconhecida em apenas dois ordenamentos jurídicos europeus: no Principado do Liechtenstein, que consagrou o “Anstalt” no Código Civil de 1925 (art. 834º e 896º)⁽¹⁾ e na Dinamarca, que através da Lei de 13 de Fevereiro de 1973 sobre «anpartsselskaber» (sociedade de responsabilidade limitada), veio admitir a constituição de uma sociedade composta por um único sócio⁽²⁾.

Relativamente aos restantes ordenamentos jurídicos europeus, a unipessoalidade societária era abordada sob o ponto de vista das sociedades formadas por um número plural de sócios e que posteriormente à sua constituição ficavam reduzidas a um único sócio⁽³⁾.

A década de 80 ficou marcada pela consagração da constituição originária de sociedades unipessoais em vários sistemas jurídicos⁽⁴⁾: Alemanha⁽⁵⁾, França⁽⁶⁾, Holanda⁽⁷⁾ e Bélgica⁽⁸⁾.

Com a aprovação da 12ª Directiva, em 1989, no âmbito do direito societário, as discrepâncias legislativas em matéria de unipessoalidade societária que eram evidentes entre os Estados-Membros foram superadas pela tomada de posição do legislador comunitário.

¹ Cfr. LUÍS BRITO CORREIA, “A Sociedade Unipessoal Por Quotas”, Nos 20 Anos do Código das Sociedades Comerciais, Homenagem aos Profs. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier, Vol. I, Coimbra Editora, 2007, p. 635: “(...) a ideia da limitação da responsabilidade do comerciante individual foi, primeiro, defendida, desenvolvidamente, pelo jurista austríaco PISKO e acolhida” no ordenamento jurídico do Liechtenstein.

² Cfr. ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, “Código das Sociedades Comerciais – Alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 257/96, de 31 de Dezembro”, *RJUM*, Ano I, 1998, p. 307, nt. 4.

³ Quanto ao tratamento jurídico da unipessoalidade superveniente nos diversos ordenamentos jurídicos - cfr. FERRER CORREIA, “Sobre a projectada reforma da legislação comercial portuguesa”, *ROA*, 1984, p. 15-16; CARMEN BOLDÓ RODA, “Levantamiento del Velo y Persona Jurídica en el Derecho Privado Español”, 4ª Ed, Aranzadi, Navarra, 2006, p. 274-275.

⁴ Cfr. JOÃO ESPÍRITO SANTO, “Sociedade Unipessoal Por Quotas”, Almedina, 2013, p. 27-28; JOÃO ANTÓNIO BAHIA de ALMEIDA GARRETT, “A empresa individual no direito da lusofonia”, *RED*, Outubro, 2013, nº 2, p. 6-15.

⁵ Lei de 4 de Julho de 1980 (GmbH-Novelle) – cfr. MARIA ÂNGELA COELHO, “A reforma da sociedade de responsabilidade limitada (GmbH) pela lei alemã de 4 de Julho de 1980 (GmbH-Novelle)”, *RDE*, Anos VI/VII, 1980/81, p. 49 e segs.

⁶ Lei nº 85-697, de 11 de Julho de 1985 que consagrou o Enterprise Unipersonnelle à Responsabilité Limitée (O EURL é uma sociedade unipessoal. – cfr. MAURICE COZIAN, ALAIN VIANDIER, FLORENCE DEBOISSY, “Droit des Sociétés”, Litec, 2000, p. 425-426.

⁷ Lei de 16 de Maio de 1986.

⁸ Lei de 14 de Julho de 1987.

Deste modo, ao longo da década de 90, os Estados-Membros e, em especial, aqueles que não contemplavam a constituição originária de sociedades unipessoais, tiveram de rever e reformar os seus sistemas jurídicos com vista à inclusão da 12ª Directiva: entre outros, Reino Unido⁽⁹⁾, Luxemburgo⁽¹⁰⁾, Itália⁽¹¹⁾ e Espanha⁽¹²⁾.

3. A Unipessoalidade Societária no Direito Português

No âmbito do direito português, a abordagem da unipessoalidade societária teve início pelo final da primeira metade do século XX⁽¹³⁾.

A doutrina portuguesa analisou com mais ênfase duas vertentes de unipessoalidade societária: as sociedades que eram formalmente constituídas de acordo com o número plural mínimo exigido por lei e que ficavam reduzidas a um único sócio⁽¹⁴⁾, e as “sociedades fictícias”⁽¹⁵⁾.

Por seu turno, a vertente da unipessoalidade societária originária era vista como um “ente inconcebível”⁽¹⁶⁾, devido, essencialmente ao factor da “sociedade-contrato”^{(17) (18)}.

⁹ A Companies Regulations (Single Member Private Limited Companies) de 15 de Julho de 1992 que modificou o Companies Act de 1985 e o Insolvency Act de 1986.

¹⁰ Lei de 28 de Dezembro de 1992 que modificou a Lei de 10 de Agosto de 1915 relativa às sociedades comerciais.

¹¹ Decreto legislativo nº 88 del 3 de Marzo de 1993 que introduziu a sociedade de responsabilidade limitada unipessoal. – cfr. FEDERICO TASSINARI, “La società a responsabilità limitata con un unico socio”, GC, Ano XXI, 1994, II, p. 707-711.

¹² Ley 2/1995 de 23 de Marzo – cfr. FERNANDO SÁNCHEZ CALERO, “Instituciones de Derecho Mercantil”, Revisada con la colaboración de JUAN SÁNCHEZ-CALERO GUILARTE, Vol. I, 25ª Ed., McGraw-Hill, Madrid, p. 546-548.

¹³ Cfr. FERRER CORREIA, “Sociedades Unipessoais de Responsabilidade Limitada”, *RDES*, Ano I, 1945, nºs 5 e 6, “Sociedades fictícias e unipessoais”, *passim*; “La société d’une seule associé (droit portugais)”, *BFDUC*, XLI, 1965, *passim*; “Sobre a projectada reforma da legislação comercial portuguesa”, *Temas de Direito Comercial e Direito Internacional Privado*, p. 37 e segs. e “Lições de Direito Comercial”, II, p. 273 e segs. e 289 e segs.; BARBOSA DE MAGALHÃES, “As sociedades unipessoais em face da legislação portuguesa”, *Revista da Faculdade de Direito (Universidade de São Paulo)*, XLII, 1948; RAÚL VENTURA, “Sociedades Comerciais: dissolução e liquidação”, I, p. 137 e segs.; MANUEL DE ALARCÃO, “Sociedades unipessoais”, *Boletim da Faculdade de Direito (Coimbra)*, Suplemento XIII, 1961.

¹⁴ Cfr. BRITO CORREIA, ob. cit., p. 633 e 635: “tudo começa pela necessidade sentida pelos comerciantes de limitar a sua responsabilidade, atendendo ao carácter arriscado de certas empresas” e, por outro lado, “a questão ganhou relevo quando começaram a aparecer sociedades em que o número de sócios, inicialmente plural, se reduziu à unidade, por aquisição de todas as participações sociais por um só dos sócios”.

¹⁵ Segundo MANUEL DE ALARCÃO, ob. cit., p. 205-206, as sociedades que “desde o momento da sua constituição, se encontram dominadas por um único sócio efectivo, único verdadeiramente interessado na empresa, dá-se o nome de sociedades fictícias. O que as distingue das unipessoais propriamente ditas é a existência formal ou aparente duma pluralidade de sócios”.

¹⁶ Cfr. FERRER CORREIA, ob. cit., II, p. 289: “sendo certo que nenhuma sociedade pode constituir-se com menos de duas pessoas, é óbvio que referida concentração das participações

O legislador nacional acompanhava o entendimento da doutrina, tornando-o evidente quando criou e introduziu o EIRL em 1986, numa altura em que, conforme oportunamente referimos, vários ordenamentos jurídicos já aceitavam as sociedades originariamente unipessoais: “não deixa de ser verdade que entre nós (diferentemente do que acontece na Alemanha) nunca se admitiu – entre outras razões, por fidelidade à ideia da sociedade-contrato – a unipessoalidade originária (...)”⁽¹⁹⁾.

Porém, com a aprovação da 12ª Directiva em matéria do direito das sociedades, o legislador nacional criou a SUQ através do DL nº 257/96, de 31 de Dezembro, que aditou ao CSC o Capítulo X e num momento em que o EIRL seria um mecanismo suficiente para incorporar a referida Directiva, conforme veremos⁽²⁰⁾.

4. A 12ª Directiva 89/667/CEE do Conselho em matéria de sociedades comerciais e a sua incorporação na legislação dos Estados-Membros da EU

Com a 12ª Directiva 89/667/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro de 1989⁽²¹⁾, em matéria de direito das sociedades, relativa às sociedades de

sociais nas mãos de um único indivíduo só pode verificar-se em virtude de acto ou facto jurídico posterior à própria constituição do ente social. Sociedade originariamente unipessoal é algo de inconcebível”; FERNANDO de OLIVEIRA, “Sociedades Unipessoais”, ROA, 1954/1956, p. 147: “Deste modo, julgamos que não restam dúvidas ao nosso espírito de que a vivência da sociedade unipessoal é, no direito português, uma miragem cuja razão de ser não conseguimos descortinar. Nem o interesse dos credores sociais o reclama, nem o conceito de sociedade o permite, nem o interesse da economia nacional o aconselha. (...) Como vimos, a negação da unipessoalidade é de interesse público, pela ofensa que constitui para o sistema legislativo vigente e para a economia nacional”.

¹⁷ De acordo com o art. 980º do CC: “Contrato de sociedade é aquele em que duas ou mais pessoas se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício em comum de certa actividade económica, que não seja de mera fruição, a fim de repartirem os lucros resultantes dessa actividade”.

¹⁸ Cfr. Quanto à aplicação do termo “sociedade”: RAÚL VENTURA, ob. cit., p. 115: “Tenho como certo ser o termo «sociedade» impropriamente aplicado às «sociedades unipessoais». Com efeito, a palavra sociedade tem a sua origem etimológica na palavra latina *societas*, que significa associação, união, reunião, comunidade, conceitos que, como se sabe, implicam pluralidade de pessoas”.

¹⁹ Assim no Ponto 6 do diploma preambular que publicou o EIRL.

²⁰ O art. 7º da 12ª Directiva dispunha do seguinte modo: “Um Estado-Membro pode decidir não permitir a existência de sociedades unipessoais no caso de a sua legislação prever a possibilidade de o empresário individual constituir uma empresa de responsabilidade limitada com um património afecto a uma determinada actividade desde que, no que se refere a essas empresas, se prevejam garantias equivalentes às impostas pela presente directiva bem como pelas outras disposições comunitárias aplicáveis às sociedades referidas no artigo 1º”. Cfr. JOÃO ESPÍRITO SANTO, ob. cit., p. 29: “Embora o EIRL satisfizesse as condições que, na referida Directiva, permitiriam a não consagração da sociedade por quotas originariamente unipessoal, (...)”.

responsabilidade limitada com um único sócio, o legislador comunitário atendeu à necessidade de criar “um instrumento jurídico que permitia a limitação da responsabilidade do empresário individual, em toda a Comunidade”⁽²²⁾.

De acordo com o art. 2º, nº 1 da 12ª Directiva, uma sociedade de responsabilidade limitada pode ter um sócio único no momento da sua constituição ou resultar da reunião de todas as partes sociais numa única pessoa.

Por sua vez, nos termos do art. 7º da 12ª Directiva, o legislador comunitário atribuiu aos Estados-Membros a faculdade de decidir pelo impedimento da “existência de sociedades unipessoais”, se previssem “a possibilidade de o empresário individual constituir uma empresa de responsabilidade limitada com um património afecto a uma determinada actividade”⁽²³⁾.

Deste modo, foram consagrados dois meios susceptíveis de atribuição da limitação da responsabilidade do empresário individual: a sociedade unipessoal e a possibilidade de constituição de uma empresa de responsabilidade limitada com um património afecto a uma determinada actividade⁽²⁴⁾.

Embora a regulamentação das sociedades de responsabilidade limitada compostas por um único sócio não tenha sido extensa⁽²⁵⁾, os negócios celebrados entre o sócio único e a sociedade constituíram um dos aspectos abordados pelo legislador comunitário. Da análise do art. 5º da 12ª Directiva

²¹ Após diversas modificações, a 12ª Directiva foi objecto de consolidação numa nova: nº 2009/102/EC, de 16 de Setembro de 2009. Publicada no JOUE nº L258720, de 1 de Outubro de 2009.

²² Ponto 4 do diploma preambular da 12ª Directiva.

²³ Cfr. RICARDO COSTA, “As Sociedades Unipessoais”, Problemas do Direito das Sociedades, Almedina, Coimbra, 2002, p. 41, nt. 47, “a XII Directiva acabou por aceitar a igual legitimidade daquelas duas vias para atingir o desiderato indicado de consentir a limitação (que a exclui, em rigor) da responsabilidade empresarial do comerciante singular, prefigurando a técnica da empresa-património autónomo como meio (ainda que subsidiário ou supletivo) de individualizar um centro de imputação distinto da restante esfera jurídica patrimonial do sujeito interessado”; GIULIO F. COLOMBO, “Socio quasi totalitário di s.r.l. e attuazione della XII Directiva CEE”, GC, Ano XX, 1993, II, p. 672-673.

²⁴ Cfr. ALONSO UREBA, “La 12ª Directiva comunitaria...”, in Derecho Mercantil de la Comunidad Economica Europea - Estudios en homenaje a José Girón Tena, Editorial Civitas, Madrid, 1991, p. 98, “as previsões da 12ª Directiva não são trasladáveis para o «empresário individual com limitação de responsabilidade»: publicidade da concentração de acções ou participações num único sócio (art. 3º), funcionamento e documentação dos acordos da Assembleia Geral (art. 4º), negócios entre a sociedade e o sócio que por sua vez a representa (art. 5º), são normas baseadas na dualidade de sujeitos (sociedade-sócio) e na necessária estrutura orgânica da pessoa jurídica-sociedade, e como tal, não resultam aplicáveis ao empresário individual com limitação de responsabilidade”.

resulta o seguinte: os contratos celebrados entre o sócio único e a sociedade devem ser lavrados em acta ou assumir a forma escrita se aquele também representar a sociedade; “quanto às operações correntes celebradas em condições normais”, o legislador comunitário deixou a tarefa de as submeter ou não às regras *supra* referidas a cargo dos Estados-Membros; por último, destaca-se a ausência de um preceito que consagrasse qualquer consequência para o negócio e/ou para o sócio único pela preterição do requisito formal *supra* exposto⁽²⁶⁾.

5. EIRL

Através do DL n.º 248/86, de 25 de Agosto⁽²⁷⁾, o legislador nacional criou e regulamentou um instrumento jurídico que procurava resolver o problema da “limitação do comerciante em nome individual pelas dívidas contraídas na exploração da sua empresa”: o EIRL⁽²⁸⁾.

²⁵ Cfr. Por exemplo: Rivista della Società – anno 33º/1998, Giuffrè, Milano, La società Unipersonale a Responsabilità Limitata, p. 825: Finora non è stata armonizzata neppure la forma che devono assumere le decisioni dell’assemblea generale dei soci. (...) A tal fine, secondo la direttiva, le decisioni prese dal socio unico in luogo dell’assemblea dei soci devono figurare in un verbale. D’altra parte, la direttiva non precisa gli effetti dell’inosservanza della forma prescritta”

²⁶ Cfr. F. CARBAJO CASCÓN, ob. cit., p. 479, “A existência de constância em acta ou por escrito não serve por si mesma para impedir possíveis manipulações por parte do sócio único em detrimento dos interesses sociais. Também a falta de sanções no caso de incumprimento dessas formalidades, unida à sua possível desconsideração quando se trate de operações correntes do tráfico da empresa social celebradas em condições normais, e a total omissão de algum tipo de responsabilidade por parte do sócio único frente à sociedade por abusos cometidos na relação contratual entre ambos. Por isso era necessário uma normativa mais detalhada por parte dos Direitos nacionais, ...”. Segundo BARBARA de DONNO SFORZA, “Le Società Unipersonali Nell’Esperienza Francese e Comunitaria, Un’Analisi Comparatistica”, Giuffrè Editore, 2001, p. 118: “Tale norma solo in parte risulta idonea a garantire i terzi dal rischio di una commistione di patrimonio con il conseguente depauperamento della loro garanzia genérica. La XII non ha infatti accolto il suggerimento del Comitato economico e sociale di prescrivere una sanzione, o di delegare tale compito ai Paesi membri, per el caso di omissione della forma scritta richiesta dall’art. 5. Non sono pertanto chiare le conseguenze del mancato rispetto di tale prescrizione formale. Né tantomeno contro eventuali abusi del socio la direttiva ha previsto sanzioni che permettono di superare la personalità giuridica della società”.

²⁷ DL n.º 248/86, de 25 de Agosto, que viria a ser objecto das seguintes alterações: DL n.º 343/98, de 06/11, DL n.º 36/2000, de 14/03, DL n.º 76-A/2006, de 29/03 e DL n.º 8/2007, de 17/01.

²⁸ Quanto ao facto de o EIRL ser considerado uma figura não societária: Cfr. MIGUEL PUPO CORREIA, “Direito Comercial”, (2005), 9ª Ed., p. 63; OLIVEIRA ASCENSÃO, “Estabelecimento Individual e Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada”, in: AAVVV, Novas Perspectivas do Direito Comercial, Almedina, Coimbra, 1988 p. 35 e segs.; OLIVEIRA ASCENSÃO, Direito Comercial – Parte Geral, I, 1988, p. 319; ANTÓNIO PEREIRA de ALMEIDA, “A Limitação da Responsabilidade do Comerciante Individual”, Novas Perspectivas do Direito Comercial, Almedina, 1988, p. 271 e segs.

Nos termos do art. 1º, nº 2 do DL nº 248/86, de 25 de Agosto, qualquer pessoa singular que pretenda exercer uma actividade comercial pode afectar “ao estabelecimento individual de responsabilidade limitada uma parte do seu património, cujo valor representará o capital inicial do estabelecimento”.

De acordo com o art. 10º, nº 1, “sem prejuízo do disposto no artigo 22.º, o património do estabelecimento individual de responsabilidade limitada responde unicamente pelas dívidas contraídas no desenvolvimento das actividades compreendidas no âmbito da respectiva empresa”.

Contudo, o legislador nacional estabeleceu excepções a esta regra geral: desde logo, “se os restantes bens do titular forem insuficientes e sem prejuízo da parte final do artigo 6.º”, o património do EIRL responde unicamente pelas dívidas contraídas pelo seu titular antes de efectuada a publicação do acto constitutivo a que se refere o n.º 2 do art. 5º (art. 10º, nº 2); acresce que, nos termos do art. 22º, em “execução movida contra o titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada por dívidas alheias à respectiva exploração, os credores só poderão penhorar o estabelecimento provando a insuficiência dos restantes bens do devedor”.

Resulta ainda do art. 11º, nº 1, que “pelas dívidas resultantes de actividades compreendidas no objecto do estabelecimento individual de responsabilidade limitada respondem apenas os bens a este afectados”.

Todavia, no nº 2 do mesmo artigo, o legislador determinou outra excepção: “em caso de falência do titular por causa relacionada com a actividade exercida naquele estabelecimento, o falido responde com todo o seu património pelas dívidas contraídas nesse exercício, contanto que se prove que o princípio da separação patrimonial não foi devidamente observado na gestão do estabelecimento”⁽²⁹⁾.

Devido aos factos *supra* expostos, aos quais acresceram outras circunstâncias⁽³⁰⁾, não só o EIRL registou uma fraca adesão, como as “sociedades fictícias” continuaram a proliferar⁽³¹⁾.

²⁹ Cfr. JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES, “O EIRL: Crónica de uma Morte Anunciada”, *RFDUP*, p. 420: “constituindo o EIRL um património de afectação especial destinado à exploração de uma determinada actividade comercial, cuja autonomização foi consagrada pela lei com vista a salvaguardar o património geral do comerciante aos riscos daquela resultantes, mal se compreenderia que a este fosse permitido geri-lo de acordo com um princípio dos vasos comunicantes, praticando actos de confusão ou operando transferências entre os dois

6. Categorias de Unipessoalidade Societária

Conforme prescreve o nº 1 do art. 270º-A do CSC, a SUQ pode ser constituída originariamente por uma pessoa singular ou colectiva que é o titular da totalidade do capital social (unipessoalidade originária)⁽³²⁾.

Determina o nº 2 do mesmo artigo que a SUQ pode resultar da concentração das quotas de uma SQ na titularidade de um único sócio (unipessoalidade superveniente).

Acrescenta o nº 3 que “a transformação⁽³³⁾ prevista no número anterior efectua-se mediante declaração do sócio único na qual manifeste a sua vontade de transformar a sociedade em sociedade unipessoal por quotas, podendo essa declaração constar do próprio documento que titule a cessão de quotas”⁽³⁴⁾.

Se o sócio único não emitir a declaração *supra* exposta suscita-se o seguinte: por um lado, o sócio único fica sujeito ao regime de responsabilização constante no art. 84º do CSC⁽³⁵⁾; por outro lado, a sociedade fica sujeita ao regime dissolutivo estabelecido no art. 142º do CSC⁽³⁶⁾⁽³⁷⁾.

patrimónios (comum ou geral e autónomo ou separado), ao arrepio da finalidade ínsita no regime legal e em manifesto defraudamento dos interesses do próprio estabelecimento e dos respectivos credores”.

³⁰ Cfr. Segundo OLIVEIRA ASCENSÃO, “O EIRL ou o falido rico”, “Estruturas Jurídicas da Empresa”, 1989, p. 19: “Escassos dias depois, a 2 de Setembro, surgia o Decreto-Lei nº 262/86, que aprovou o Código das Sociedades Comerciais. Mas os dois diplomas mutuamente se ignoram, pelo que ficam completamente descoordenados. (...) é estranho que não se preveja a transformação das sociedades fictícias, unipessoais ou dominadas existentes em EIRL. Como é de estranhar que não se preveja a transformação inversa, do EIRL em sociedade comercial, o que pode servir objectivos práticos”; sobre o regime jurídico tributário e insolvencial, JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES, ob. cit., p. 439-440; CATARINA SERRA, “As novas Sociedades Unipessoais por Quotas”, *SI*, 1997, nºs 265/267, p. 124-126.

³¹ Cfr. RICARDO COSTA, “Unipessoalidade Societária”, *IDET*, Miscelâneas nº 1, Almedina, 2003, p. 50: “...nunca o EIRL teve grande sucesso; nunca o empresário individual deixou de recorrer a testas de ferro para constituir sociedades fictícias”.

³² “(...) tendo por instrumento um negócio jurídico unilateral” – RICARDO COSTA, CSC em Comentário, Vol. IV, Almedina, 2012, p. 291; FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, A Sociedade Unipessoal Por Quotas”, Coimbra Editora, 2009, p. 65.

³³ Cfr. Elda Marques, CSC em Comentário, Vol. II, Almedina, 2011, p. 478: “A transformação de sociedades opera tão-somente uma alteração da forma jurídica da estrutura societária, mantendo-se os seus elementos pessoal e patrimonial”.

³⁴ Cfr. ALBINO MATOS, “Constituição de Sociedades. Teoria e Prática. Formulário”, 5ª Ed., Almedina, 2001, p. 35, nt. 39: “Com perdão do reparo, é deplorável a imprecisão conceitual do legislador, dado que a transformação de sociedades consiste tecnicamente na adopção de um outro tipo de sociedade (art. 130º): (...). Ora, no primeiro caso figurado pelo legislador não há qualquer transformação, a sociedade por quotas como tal se mantém e do mesmo modo a sua condição unipessoal, a ponto de não se ver que interesse haja na tal «transformação», com a predita declaração do sócio único, porventura em escritura autónoma”; ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, ob. cit., p. 309; BRITO CORREIA, ob. cit., p. 644. Contra: JORGE PINTO FURTADO, “Curso de Direito das Sociedades”, 5ª Ed. Revista e actualizada, com a colaboração de Nelson Rocha, Almedina, 2004, p. 540 e nt. 487.

Por sua vez, consagra o art. 270º-F, nº 5 do CSC que o EIRL pode transformar-se, a todo o tempo, em SUQ, bastando para esse efeito uma declaração escrita do interessado. Na medida em que o EIRL não constitui um tipo societário, a doutrina tem entendido o estatuído neste artigo como “a constituição *ex novo* de uma SUQ em que a transmissão (vulgo *trespasse*) do EIRL (forma jurídica não personalizada de estruturação da empresa) funciona como acto de realização da entrada do sócio (anterior titular do EIRL)”⁽³⁸⁾.

Por último, temos os casos de sociedades materialmente unipessoais, isto é, sociedades formalmente constituídas com dois ou mais sócios, mas, “na realidade, só um dos sócios pretende exercer uma actividade económica com o fim de ver serem-lhe atribuídos lucros que se produziram na esfera jurídica da sociedade”⁽³⁹⁾. Neste âmbito, a questão central prende-se com o seguinte: as sociedades materialmente unipessoais enquadram-se no âmbito do art. 84º do CSC ou devem ser submetidas à disciplina prevista para a SUQ no nº 4 do art. 270º-F do CSC?

³⁵ Cfr. RICARDO COSTA, ob. cit., p. 79.

³⁶ Cfr. MARIA ELISABETE GOMES RAMOS, “Questões de Direito Societário em Portugal e no Brasil”, Almedina, 2012, p. 383.

³⁷ Cfr. RICARDO COSTA, “As sociedades unipessoais”, Problemas do Direito das Sociedades, p. 30-34: “A grande novidade do CSC consistiu na consolidação da mudança de rumo doutrinário e jurisprudencial quanto à posição adoptada perante a unipessoalidade superveniente. Após a influência de uma forte componente lógico-conceitual, que advogava, num primeiro percurso, a recusa da manutenção da personalidade jurídica de uma sociedade unipessoal (...), e, depois, a sua canalização para o elenco das causas de dissolução *ipso iure* da sociedade, o CSC recebeu-a numa clara atitude de tolerância, que se tinha sedimentado no virar da segunda metade do século passado”.

³⁸ Cfr. RICARDO COSTA, ob. cit., p. 291; ANTÓNIO PEREIRA DE ALMEIDA, “Sociedades Comerciais, Valores mobiliários e Mercados”, 6ª Ed., Coimbra Editora, 2011, p. 419: “Na transformação de um EIRL em SUQ haverá lugar à constituição de um novo ente jurídico para o qual deverá ser transferido o património do estabelecimento, sendo, portanto, a quota do sócio único realizada em espécie com a entrada do estabelecimento que constitui o património do EIRL,...”; JOSÉ MARQUES ESTACA, “Sociedades unipessoais por Quotas. Introdução”, Código das Sociedades Comerciais anotado (Coordenação de A. Menezes Cordeiro), 2ª Ed., Almedina, 2011, p. 778; FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, ob. cit., p. 78-79.

³⁹ Cfr. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, “O âmbito de aplicação do art. 270º-F, nº 4, do CSC e a responsabilidade “ilimitada” do sócio único”, DSR, Outubro 2009, Ano 1, Vol. 2, p. 228.

CAPÍTULO II

A RESPONSABILIDADE DO SÓCIO ÚNICO

7. O art. 84º do CSC

Embora a sociedade originariamente unipessoal já tivesse sido adoptada em alguns sistemas jurídicos europeus, o legislador nacional de 1986 não seguiu o mesmo caminho quando publicou o CSC⁽⁴⁰⁾.

Contudo, o legislador não deixou de abordar a temática da unipessoalidade societária, na medida em que dispôs de normativos relativos às sociedades unipessoais supervenientes⁽⁴¹⁾: a dissolução judicial (actualmente de natureza administrativa) ou deliberada da sociedade quando “por período superior a um ano, o número de sócios for inferior ao mínimo exigido por lei” (art. 142º, nº 1, al. a), do CSC)⁽⁴²⁾ e a responsabilidade do sócio único (art. 84º do CSC)⁽⁴³⁾.

A determinação da responsabilidade ilimitada do sócio único nos termos do art. 84º do CSC⁽⁴⁴⁾⁽⁴⁵⁾, que tem por fonte os então vigentes 2362 e 2497, 2º do *Codice Civile*⁽⁴⁶⁾, demonstrou o receio sentido pelo legislador quanto à circunstância de uma sociedade ficar reduzida a um único sócio⁽⁴⁷⁾.

⁴⁰ Embora tenha admitido expressamente as Sociedades Anónimas Unipessoais (art. 488º do CSC).

⁴¹ Cfr. RICARDO COSTA, CSC em Comentário, cit, Vol.I, p. 967-969.

⁴² Cfr. ANTÓNIO AGSOTINHO CAEIRO, A Parte Geral do Código das Sociedades Comerciais, Separata do número especial do BFDUC – Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró, 1986, p. 658- 660. M. FÁTIMA RIBEIRO, ob. cit., p. 351, ao referir que “A existência de sociedades comerciais unipessoais (...) começou a ser tolerada pelo legislador ainda antes de 1996 - mesmo o facto de o artigo 142º do CSC prever que a situação de unipessoalidade derivada perdure durante um ano, até que possa ser requerida a dissolução da sociedade, revela alguma resignação do legislador a uma certa estabilidade da situação. Como a reacção da ordem jurídica à redução do número de sócios nos casos em que se torna inferior ao mínimo exigido por lei (...) é a possibilidade de ser requerida, pelo sócio restante ou por qualquer credor social, a dissolução da sociedade, de tal situação pode, perante a passividade dos legitimados para agir, perdurar no tempo ou, até, tornar-se definitiva. O sócio único pode estar interessado na situação de unipessoalidade, ou conformado com ela; e, neste caso, a sociedade apenas poderá ser dissolvida se algum credor insatisfeito, o vier a requerer (a iniciativa nunca pode caber, para o efeito, ao Ministério Público). Ou seja, no caso das chamadas sociedades de capitais, a lei vem revelar-se permissiva com a estabilidade da unipessoalidade superveniente, situação que o sócio único poderá manter indefinidamente, desde que consiga evitar a reacção de outros legitimados para requerer adissolução da sociedade - os credores da sociedade”; também, RICARDO COSTA, Unipessoalidade Societária, ob. cit., p. 67 e segs., PEDRO PIDWELL, ob. cit., p. 209;

⁴³ Cfr. PINTO MONTEIRO/PEDRO MAIA, “Sociedades Anónimas Unipessoais e a Reforma de 2006”, *RLJ*, Ano 139º, nº 3960, Coimbra Editora, p. 144: “Porém, uma vez que a dissolução não é imediata – (...) - impõe-se sujeitar tais sociedades, *nessa fase*, a um regime que ofereça alguma tutela aos credores.” Ainda quanto ao art. 84º do CSC referem o seguinte: “Esta norma dirige-se, essencialmente à tutela dos credores sociais quando a sociedade tenha ficado reduzida à unipessoalidade e não lhe seja aplicável o regime do art. 501º. Na verdade, se se tratar de uma sociedade unipessoal sujeita ao regime de grupos (...) o regime do art. 84º não apresenta nenhuma utilidade prática: (...)”.

Consciente dos riscos associados à concentração das quotas num sócio único, nomeadamente pela possibilidade de não se observarem “os preceitos da lei que estabelecem a afectação do património da sociedade ao cumprimento das respectivas obrigações”, o legislador, para efeitos da tutela dos credores societários, considerou útil a introdução de uma norma que, mediante a verificação de certas circunstâncias, pudesse implicar a responsabilidade pessoal e ilimitada do sócio único pelas obrigações sociais contraídas no período em que a sociedade se encontrava reduzida à unipessoalidade.

Deste modo, para que o sócio único responda ilimitadamente nos termos e para os efeitos do art. 84º do CSC a situação de unipessoalidade superveniente é insuficiente⁽⁴⁸⁾, na medida em que a aplicação deste artigo exige o preenchimento de mais dois requisitos: a declaração de insolvência da sociedade e a mistura ou confusão entre patrimónios pessoal e societário durante o período de concentração das quotas.

⁴⁴ O art. 84º do CSC tem sido visto como norma que concretiza a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade unipessoal superveniente: PEDRO CORDEIRO, “A desconsideração da personalidade jurídica das sociedades comerciais”, AAFDL, 1989, p. 69-70, 133-134; PAULO DE TARSO DOMINGUES – “Do capital social. Noção, princípios e função, *Studia Iuridica* 33, Coimbra Editora, 2004, p. 235-236; ANA MARIA PERALTA, “Sociedades Unipessoais2, *Novas Perspectivas do Direito Comercial*, Almedina, 1988, p. 265; ANÓNIO MENEZES CORDEIRO, “o levantamento da personalidade colectiva no direito civil e comercial”, Almedina, 2000, p. 81-82, 153; COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, Vol. II, Almedina, 3ª Ed., 2009, p. 177, nt. 33; PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 5ª Ed., Almedina, 2008, p.185-186; M. ÂNGELA COELHO, “A limitação da responsabilidade comerciante individual: o EIRL e a sociedade por quotas unipessoal em confronto”, *Os quinze anos de vigência do Código das sociedades Comerciais*, Fundação Byssai Barreto, 2003, p. 39; MIGUEL PUPO CORREIA, “Sobre a responsabilidade por dívidas sociais dos membros dos órgãos da sociedade”, *ROA*, 2001, p. 671; ANTÓNIO PEREIRA DE ALMEIDA, cit., p. 47; TERESA ANSELMO VAZ, ob. cit., p. 379-380.

⁴⁵ Cfr. A desconsideração da personalidade jurídica implica a desconsideração da “autonomia jurídico-subjectiva e/ou patrimonial da pessoal colectiva em face dos seus membros” – COUTINHO DE ABREU, ob. cit., p. 205; A propósito da desconsideração da personalidade jurídica: ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, “Da personalidade e capacidade jurídica das sociedades comerciais”, *Estudos de Direito das Sociedades*, 10ª Ed., Almedina, p. 105 e segs.; COUTINHO DE ABREU, “Diálogos com a jurisprudência, II –Responsabilidade dos administradores para com os credores sociais e desconsideração da personalidade jurídica”, *DSR*, 3, 2010, p. 49 e segs.; RICARDO COSTA, “Responsabilidade dos gerentes de sociedades por quotas perante credores e desconsideração da personalidade jurídica – Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 29.11.2007, Proc. 0735578”, *CDP*, 32, 2010, p. 45 e segs. No direito comparado, CARMEN BOLDÒ RODA, “La dottrina del levantamiento del velo della personalità giuridica nel diritto privato spagnolo”, *CI*, 1998, p. 256 e segs.

⁴⁶ Cfr. GIAN FRANCO CAMPOBASSO, *La responsabilità del socio nella s.r.l. unipersonale*, GC, Ano xxi, 1994, I, p. 229 e segs; BARBARA DE DONNO SFORZA, ob. cit., p. 136-143.

⁴⁷ Cfr. A propósito dos factos que podem resultar na concentração da totalidade das participações sociais nas mãos de um dos sócios – RICARDO COSTA, “A propósito do regime jurídico da sociedade unipessoal por quotas”, *Estudos dedicados ao Prof. Doutor Mário Júlio Brito de Almeida Costa*, Universidade Católica Editora, 2002, p. 1250 e segs.

Da enunciação dos requisitos de aplicabilidade do art. 84º do CSC resulta que mesmo que ocorra um caso de unipessoalidade societária e durante esse período o sócio único desrespeite os “preceitos da lei que estabelecem a afectação do património da sociedade ao cumprimento das respectivas obrigações”, se, de algum modo, a sociedade continuar a dispor da liquidez suficiente e necessária para honrar os seus compromissos, não existem fundamentos para que a sociedade reduzida à unipessoalidade seja declarada insolvente, o que implica que o sócio único pode evitar a sanção estatuída no preceito em análise⁽⁴⁸⁾.

Com base no exposto, suscitam-se, de imediato, duas conclusões: por um lado, a eficácia do art. 84º do CSC é relativamente limitada; por outro lado, conforme concluiu RAÚL VENTURA, “em vez, portanto, de aumentar a responsabilidade do sócio único só por causa da unipessoalidade, o CSC preferiu cominar a responsabilidade do dito sócio em função do seu comportamento, durante aquela situação”⁽⁴⁹⁾.

⁴⁸Cfr. RICARDO COSTA, CSC..., Vol. I, cit., p. 971: “...a unipessoalidade não basta, por si só, para o efeito pretendido pelo art. 84º. Tudo depende das circunstâncias do caso concreto: se a sociedade funciona bem, se paga as suas obrigações e em tempo, e, além domais, se os credores não vêem na unipessoalidade qualquer desvantagem nem identificam abusos patrimoniais, estarão reunidas as condições para que a sociedade se mantenha e uma situação (que se afiguraria) precária se estabilize mais ou menos no tempo. Ou seja, para que se mantenha a distinção da empresa social e do restante património social do património do sócio único, terá a sociedade tornada unipessoal que funcionar em termos eficientes na sua existência com o exterior e na dinâmica dos seus órgãos, assim como na relação com a esfera patrimonial do sócio único. Se assim não for, a sanção do art. 84º não entrará em acção - mesmo com abuso patrimonial, o pressuposto essencial para modificar o regime de responsabilidade ainda será sempre a declaração de insolvência”; MARIA ELISABETE GOMES RAMOS, ob. Cit., p. 373-374; M. FÁTIMA RIBEIRO, ob. Cit., p. 267-268.

⁴⁹ Cfr. Ob. cit., p. 192.

8. Pressupostos de aplicação do art. 84º do CSC

Com o art. 84º do CSC pretende-se sancionar o sócio único pelas obrigações da sociedade⁽⁵⁰⁾ contraídas enquanto se mantém a redução à unipessoalidade, através da sua responsabilização pessoal e ilimitada⁽⁵¹⁾. Para tal, é necessária a verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

- a concentração da totalidade das quotas de uma sociedade na titularidade de um único sócio e a falta de reconstituição da pluralidade de sócios, ou, a falta de declaração do sócio único constante no nº 3 do art. 270º-F do CSC;
- o desrespeito pelos "preceitos da lei que estabelecem a afectação do património da sociedade ao cumprimento das respectivas obrigações", durante a ocorrência da unipessoalidade⁽⁵²⁾;
- a declaração de insolvência da sociedade unipessoal superveniente.

8.1. A mistura ou confusão de patrimónios

O segundo requisito do qual depende o sancionamento do sócio único com a responsabilidade pessoal e ilimitada encontra-se disposto na parte final do nº 1 do art. 84º do CSC: “nesse período não foram observados os preceitos da lei que estabelecem a afectação do património da sociedade ao cumprimento das respectivas obrigações”⁽⁵³⁾.

A mistura ou confusão patrimonial “concretiza-se, em particular, com o tratamento e a disposição dos bens da titularidade da sociedade unipessoal pelo sócio único como se de coisas próprias se tratassem, não havendo distinção das “verdadeiras” coisas próprias em relação à esfera própria da sociedade – por outras palavras, *violação da separação de patrimónios* - com prejuízo para a consistência patrimonial da sociedade”⁽⁵⁴⁾.

⁵⁰ Cfr. Tanto pelas obrigações vencidas, como pelas obrigações vincendas. – JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES, “Grupos de Sociedades. Estrutura e Organização da empresa plurissocietária”, Almedina, 2002, p. 899.

⁵¹ Cfr. M. FÁTIMA RIBEIRO, ob. cit. p. 360-361, nt. 11, referindo que o art. 84º do CSC, no rumo do art. 11º, nº2 e nº3 do EIRL, estabeleceu “o mesmo tipo de responsabilidade, nas mesmas circunstâncias e preenchidos os mesmos pressupostos: se a sociedade se encontrar reduzida a um único sócio, este responde perante os credores sociais nos mesmos termos em que responde o titular do EIRL. Se não tivesse sido prevista esta regra para as sociedades comerciais, seria evidente a desvantagem na constituição de EIRL e ficaria seriamente posta em causa a tentativa de, através da criação deste instituto, travar o recurso a sociedades fictícias. No fundo, tratou-se da harmonização do regime jurídico criado para duas figuras que

Geralmente a mistura ou confusão patrimonial repercute-se no empobrecimento patrimonial da sociedade reduzida à unipessoalidade, o, que, por sua vez, tem uma influência determinante sobre as relações jurídicas estabelecidas pela sociedade, em particular, com os seus credores.

Todavia, face à gravidade da sanção estatuída no art. 84º do CSC, deve ser colocada a seguinte questão: a responsabilização do sócio único nos termos deste preceito depende de um caso pontual de mistura patrimonial ou esta situação deve ocorrer frequentemente?

A generalidade da doutrina, e crê-se que com evidente razão, tem vindo a apontar no segundo dos sentidos, isto é, a responsabilização pessoal e ilimitada do sócio único, enquanto “medida excepcional”⁽⁵⁵⁾, deve operar se a conduta do sócio único se concretizar no incumprimento constante dos preceitos legislativos que determinam a separação entre património societário e pessoal⁽⁵⁶⁾.

se procurou que fossem alternativas. A verdade é que o facto de se ter previsto a responsabilidade ilimitada de um sócio de uma sociedade comercial, dada a sua personalidade jurídica, teve outro impacto a nível doutrinal”.

⁵² Cfr. PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, “A Participação Social nas Sociedades Comerciais”, 2ª Ed., Almedina, 2006, p. 294, “limite temporal e limite condicional” da responsabilidade ilimitada.

⁵³ Cfr. Deve ser provado que o sócio único, “por si ou através do gerente da sociedade, não se conformou na respectiva gestão com as normas que a lei consigna em ordem a assegurar que os bens sociais se mantenham rigorosamente afectados aos bens da empresa, antes procedeu como se esta tivesse sido absorvida já no seu património geral”: FERRER CORREIA/VASCO LOBO XAVIER/MARIA ÂNGELA COELHO/ANTÓNIO CAEIRO, “Sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Anteproyecto de lei – 2ª redacção e exposição de motivos”, *RDE*, 1979, nº 1, p. 132-133.

⁵⁴ Cfr. RICARDO COSTA, ob. cit., p.972-973.

⁵⁵ Cfr. MARIA ELISABETE GOMES RAMOS, ob. Cit., p. 371-372: “(...) Dito de outro modo: no período em que se mantém a unipessoalidade superveniente, o sócio único beneficia do regime de responsabilidade pelas dívidas característico do tipo societário. O art. 84º consitui uma excepção a esta regra”.

⁵⁶ Cfr. RICARDO COSTA, CSC ..., cit., p. 975: “Só se deverá aplicar o art. 84º do CSC quando tais situações de mistura ou confusão transitam para um patamar de anormalidade ocasional para se afigurarem como manifestações normais de utilização persistente e reiterada da organização (maxime, contabilística) e do património da sociedade unipessoal (nomeadamente nas relações com terceiros). Não será assim, porém, se a conduta do sócio, ainda que não sistemática, assumiu a gravidade suficiente para alterar drasticamente a situação patrimonial da sociedade – assumindo-se, no contexto do art. 84º, com abusiva”; ou nas palavras de M. FÁTIMA RIBEIRO, ob. Cit., p. 264 e 267: “o comportamento do sócio ter tornado inviável a determinação exacta do património da sociedade”, impossibilitando “apurar com exactidão a delimitação actual e real entre património da sociedade e o seu património pessoal”; RICARDO COSTA, ob. cit., 2002, p. 642 e segs.; JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES, ob. cit., nt. 1776, p. 899; DIOGO PEREIRA DUARTE, “Aspectos do levantamento da personalidade colectiva nas sociedades em relação de domínio. Contributo para a determinação do regime da empresa plurissocietária”, Almedina, Coimbra, 2007, p. 369-370.

Porém, mesmo que o sócio único desrespeite os preceitos legislativos que consagram a “a afectação do património da sociedade ao cumprimento das respectivas obrigações”, a sua responsabilização pelas obrigações contraídas no período de redução da sociedade à unipessoalidade somente poderá ser assacada se e quando a sociedade for declarada insolvente.

Por conseguinte, a sociedade reduzida à unipessoalidade pode permanecer activa por tempo indeterminado, bem como, mesmo que o sócio único ao administrar a sociedade não observe as regras relativas “a afectação do património da sociedade ao cumprimento das respectivas obrigações” pode não ser sancionado nos termos do art. 84º do CSC⁽⁵⁷⁾.

8.2. A declaração de insolvência da sociedade

A declaração de insolvência da sociedade reduzida à unipessoalidade constitui o primeiro requisito para que o sócio único responda de forma pessoal e ilimitada nos termos do disposto no art. 84º do CSC. Mesmo que as regras relativas à afectação do património da sociedade ao cumprimento das respectivas obrigações não sejam observadas, a responsabilidade do sócio único estará dependente da declaração de insolvência da sociedade.

Na medida em que o art. 84º do CSC exige a declaração de insolvência da sociedade reduzida a um único sócio e partindo do pressuposto que na generalidade dos casos o sócio único é o representante e administrador, de direito ou de facto, da sociedade unipessoal, devemos analisar o incidente da qualificação da insolvência que consta do art. 185º e segs do CIRE⁽⁵⁸⁾, visto que “pode dar um contributo válido para fundamentar a responsabilização do sócio único nos termos do regime substantivo em análise”⁽⁵⁹⁾.

O incidente da qualificação da insolvência é declarado aberto com a sentença de declaração de insolvência na eventualidade de o juiz dispor de elementos que justifiquem a sua abertura (art. 36º, nº 1, al. i) do CIRE) e visa determinar se a insolvência é culposa ou simplesmente fortuita (art. 185º do CIRE).

⁵⁷ Cfr. PEDRO PIDWELL, “A tutela dos credores da sociedade por quotas unipessoal e a responsabilidade do sócio único”, DSR, ano 4, Vol. 7 (2012), p. 214-215; Maria Elisabete Gomes Ramos, ob. Cit., p. 374.

⁵⁸ Cfr. MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, “Manual de Direito da Insolvência”, Almedina, 2013, 5ª Ed., p. 129 e segs.; LUÍS M. MARTINS, “Processo de Insolvência”, Almedina, 3ª Ed., 2013, p. 400 e segs.; LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, “Código da Insolvência e da

De acordo com o art. 186º, nº 1 do CIRE, a insolvência é classificada como culposa quando tiver sido criada ou agravada em consequência da actuação, dolosa ou com culpa grave, do devedor e dos seus administradores, de direito ou de facto, nos três anos anteriores ao início do processo de insolvência. O art. 186º do CIRE estabelece ainda uma presunção inilidível de insolvência culposa quando se verifique algum ou alguns factos enunciados no nº 2⁽⁶⁰⁾ e no nº 3 prevê-se um conjunto de presunções ilidíveis de culpa grave dos administradores de direito ou de facto⁽⁶¹⁾.

A sentença que qualificar a insolvência como culposa suscita diversos efeitos sobre as pessoas afectadas que se encontram elencados no nº 2 do art. 189º do CIRE. Com as alterações efectuadas pela Lei nº 16/2012, de 20 de Abril⁽⁶²⁾, não só foi alterada a redacção do art. 189º do CIRE, como foi introduzida uma nova sanção (al. e) do nº 2, do art. 189º do CIRE) que se concretiza num aumento significativo de responsabilidade para as pessoas afectadas pela qualificação da insolvência como culposa e numa tutela mais eficaz dos credores sociais: “Condenar as pessoas afetadas a indemnizarem os credores do devedor declarado insolvente no montante dos créditos não satisfeitos, até às forças dos respectivos patrimónios, sendo solidária tal responsabilidade entre todos os afetados”.

Recuperação de Empresas”, 7ª Ed., 2013, p. 186 e segs.

⁵⁹ Cfr. PEDRO PIDWELL, ob. cit., p. 215.

⁶⁰ Cfr. LUÍS A. CARVALHO FERNANDES, JOÃO LABAREDA, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, Quid Juris, 2009, 2ª Ed., p. 611, nt. 6: “Apesar de o nº 2 não estabelecer, em nenhuma das suas alíneas, um limite temporal para a relevância dos factos nelas previstos, a sua articulação com o nº 1 leva-nos a sustentar que é de atender, para o efeito, ao prazo neste estatuído”. Sobre o alcance das presunções estabelecidas nesta disposição – cfr. MANUEL A. CARNEIRO DA FRADA, “A Responsabilidade dos Administradores na Insolvência”, ROA, Ano 66, II, Setembro 2006, p. 692 e segs.

⁶¹ Cfr. O âmbito das presunções dispostas neste artigo tem suscitado posições divergentes na doutrina e na jurisprudência: por um lado, consideram que “o que resulta do art. 186º, nº 3, é apenas uma presunção de culpa grave, em resultado da actuação dos seus administradores, de direito ou de facto, mas não uma presunção de causalidade da sua conduta em relação à situação de insolvência, exigindo-se a demonstração nos termos do art. 186, nº 1, que a insolvência foi causada ou agravada em consequência dessa mesma conduta” – cfr. LUÍS M. T. DE MENEZES LEITÃO, “Direito da Insolvência”, 4ª Ed., Almedina, 2012, p. 275; também, A. RAPOSO SUBTIL, MATOS ESTEVES, MARIA JOSÉ ESTEVES e LUÍS M. MARTINS, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas”, 2ª Ed., Vida Económica, 2006, p. 265 LUÍS A. CARVALHO FERNANDES, JOÃO LABAREDA, ob. cit., p. 611, nt. 8; na jurisprudência: Acórdão do STJ, de 06/10/2011 (Serra Baptista), Acórdão do TRL, de 21/04/2009 (Sílvia Pires) e o Acórdão do TRC, de 08/02/2011 (Beça Pereira); Por outro lado, considera-se que “a simples verificação das situações previstas nas als. a) e b) do nº 3 do art. 186º do CIRE constitui uma presunção ilidível não apenas da culpa grave do agente infractor, mas também suspeita da insolvência culposa, pressupondo à partida o nexo de causalidade exigido pelo nº 1”. – Cfr. Acórdão do TRP, de 05/02/2009 (Luís Espírito Santo), também o Acórdão do TRP, de

Assim, a responsabilização do sócio único, enquanto administrador de direito ou de facto da sociedade reduzida à unipessoalidade e declarada insolvente, também pode acontecer por via do art. 189º, nº 2, al. e) do CIRE⁽⁶³⁾.

Por sua vez, dispõe ainda o nº 2 do art. 84º do CSC que “o disposto no número anterior é aplicável ao período de duração da referida concentração, caso a falência ocorra depois de ter sido reconstituída a pluralidade de sócios”.

Através do disposto no nº 2, o legislador pretendeu impedir que o sócio único utilizasse a reconstituição da pluralidade societária como um expediente para contornar a sua responsabilização pessoal e ilimitada pelas obrigações societárias contraídas no período posterior à concentração das quotas⁽⁶⁴⁾.

24/09/2007 (Sousa Lameira), o Acórdão do TRC, de 22/05/2012 (Barateiro Martins) e o Acórdão do Tribunal Constitucional nº 564/2007, de 13 de Novembro; na doutrina, CATARINA SERRA, “O Novo Regime Português da Insolvência – Uma Introdução”, 4ª Ed., Almedina, 2010, p. 122-123; da mesma autora, “«Decotor ergo fraudator?» - A insolvência culposa (esclarecimentos sobre um conceito a propósito de umas presunções) – Anotação ao Acórdão do TRP de 7.1.2008”, *CDP*, 2008, 21, p. 54 e segs., 67 e segs.

⁶² Cfr. CATARINA SERRA, “Emendas à (lei da insolvência) portuguesa – primeiras impressões”, *DSR*, Ano 4, Vol. 7, Março 2012, p. 100-106.

⁶³ A propósito do regime constante na versão originária do CIRE: Cfr. M. FÁTIMA RIBEIRO, “A responsabilidade de gerentes e administradores”, *O Direito*, 142º, 2010, I, p. 120 e segs: “Para mais, pode afirmar-se que a entrada em vigor do CIRE veio perturbar, globalmente, o sistema de tutela dos credores sociais consagrado no nosso ordenamento jurídico. (...) Assim, as recentes alterações ao nosso direito da insolvência, com o abandono da consagração expressa da responsabilidade de administradores de direito e de facto pelas dívidas da sociedade insolvente (quando estes tenham adoptado comportamentos que tenham contribuído para a situação de insolvência da sociedade em causa), vieram debilitar todo o regime de tutela dos credores sociais e, conseqüentemente, reabilitar a função de garantia que possa desempenhar o capital social, por duvidosa que seja a sua eficácia. (...)”. MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, “Efeitos da Declaração de Insolvência sobre o Insolvente e outras Pessoas”, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita*, Coimbra Editora, 2009, p. 823-824; da mesma autora, “Efeitos da Declaração de Insolvência sobre o Insolvente no novo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas”, *DJ*, Vol. XIX, Tomo II, 2005, p. 202; M. FÁTIMA RIBEIRO, “O âmbito de aplicação do artigo 270º.F, nº 4 do CSC e a responsabilidade “ilimitada” do sócio único”, *DSR*, Almedina, Ano 1, Vol. 2, Outubro 2009, p. 230 e segs.; Em sentido diverso, RUI PINTO DUARTE, “Efeitos da Declaração de Insolvência Quanto À Pessoa do Devedor”, *Themis*, RFDUNL, Almedina, 2005, p. 145.

⁶⁴ Cfr. RICARDO COSTA, *CSC*, p. 976-977.

9. A natureza jurídica da responsabilidade do sócio único (art. 84º do CSC)

Conforme resulta do art. 84º do CSC, a responsabilidade ilimitada do sócio único pelas obrigações contraídas no período posterior à concentração das quotas só ocorrerá se forem desrespeitados os "preceitos da lei que estabelecem a afectação do património da sociedade ao cumprimento das respectivas obrigações" e a sociedade for declarada insolvente.

Nos termos do art. 141º, nº 1, al. e) do CSC, a declaração de insolvência constitui um dos casos de dissolução imediata da sociedade⁽⁶⁵⁾. Por sua vez, a dissolução da sociedade conduz à sua entrada imediata em liquidação (art. 146º, nº 1 do CSC), aplicando-se aos casos de insolvência o regime constante do art. 156º e seguintes do CIRE⁽⁶⁶⁾.

Assim, no âmbito da determinação da natureza jurídica da responsabilidade do sócio único nos termos do art. 84º do CSC, importa conciliar o disposto nos preceitos supra referidos com as disposições do CIRE.

O art. 1º do CIRE dispõe que a finalidade subsidiária do processo de insolvência consiste na liquidação do património do devedor insolvente e na repartição do produto obtido pelos credores⁽⁶⁷⁾.

Resulta do art. 46º do CIRE que “a massa insolvente destina-se à satisfação dos credores da insolvência, depois de pagas as suas próprias dívidas” e “abrange todo o património do devedor à data da declaração de insolvência”.

Visto que a aplicação do art. 84º do CSC está vinculada à declaração de insolvência da sociedade reduzida à unipessoalidade, o que, por sua vez, implica a sua liquidação (art. 146º, nº 1, do CSC) em harmonia com as disposições do CIRE (art. 156º e seguintes), podemos constatar que a responsabilização pessoal e ilimitada ocorrerá depois de realizada a liquidação

⁶⁵ Cfr. RICARDO COSTA, CSC..., Vol. II, p. 562-577; FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, “Reformas do Código das Sociedades Comerciais”, IDET, Colóquios nº 3, Almedina 2007, p. 139-162; PAULA COSTA E SILVA/RUI PINTO, DLA, Código das Sociedades Comerciais anotado, cit., p. 1289-1351.

⁶⁶ Cfr. CAROLINA CUNHA, CSC..., Vol. II, p. 617 e segs.

⁶⁷ Cfr. Com as alterações efectuadas pela Lei nº 16/2012, de 20 de Abril, a finalidade principal do processo de insolvência passou a ser a satisfação dos credores pela forma prevista num plano de insolvência – LUÍS M. MARTINS, ob. Cit., p. 57-58; LUÍS MENEZES LEITÃO, ob. Cit., p. 45-46 refere o seguinte relativamente à nova redacção do art. 1º do CIRE: “Não nos parece, porém, que esta simples alteração seja suficiente para elidir a questão de que o fim principal do processo de insolvência continua a ser a satisfação dos credores, de que a recuperação é um

da massa insolvente e o consequente pagamento dos créditos sobre a insolvência.

Deste modo, visto que um dos requisitos de aplicação do art. 84º do CSC consiste na declaração de insolvência da sociedade reduzida à unipessoalidade, consideramos que a responsabilidade ilimitada do sócio único é de natureza subsidiária em relação à sociedade⁽⁶⁸⁾⁽⁶⁹⁾.

10.O âmbito de aplicação do art. 84º do CSC

Com a introdução da SUQ em 1996, suscitou-se a questão do âmbito de aplicação do art. 84º do CSC, isto é, de saber se a aplicação deste preceito se circunscrevia aos casos em que uma sociedade originariamente constituída com dois ou mais sócios se reduzia à unipessoalidade ou, se após o aditamento do Capítulo X no CSC, também se aplicaria às sociedades originariamente unipessoais.

O art. 84º do CSC, do mesmo modo que o art. 270º-F do CSC, consiste num mecanismo de tutela dos credores sociais, ao determinar a responsabilidade ilimitada do sócio único para os casos em que as regras relativas à autonomia patrimonial da sociedade não foram cumpridas e esta seja declarada insolvente.

Por um lado, mesmo com a introdução do regime da SUQ, o legislador manteve a norma do art. 84º do CSC⁽⁷⁰⁾, por outro lado, a inaplicabilidade desta norma às sociedades originariamente unipessoais teria implicações no domínio da responsabilidade do sócio único, na medida em que este apenas poderia ser responsabilizado nos termos e para os efeitos do art. 270º-F, nº 4, do CSC⁽⁷¹⁾.

mero instrumento. (...)”

⁶⁸ No sentido da natureza subsidiária da responsabilidade do sócio único: FERRER CORREIA, ob. Cit., p. 266-267: “à responsabilidade do património social viria acrescer, em via subsidiária, a sua responsabilidade pessoal ilimitada”; PEDRO PIDWELL, ob. cit., p. 218; CATARINA SERRA, “Falências Derivadas e âmbito subjectivo da falência”, Studia Iuridica 37, Coimbra Editora, 1999, nt. 293 – p. 122, p. 193; A. MENEZES CORDEIRO, Código das Sociedades Comerciais anotado, cit., p. 284; RICARDO COSTA, ob. cit., 2002, nt. 51, p. 96, nt. 442 – p. 401, CSC..., Vo. I, 2010, p. 977-978, M. FÁTIMA RIBEIRO, ob. cit., 2009, p. 267-268 e nt. 282, p. 346 e nt. 435.

⁶⁹ Cfr. No sentido da responsabilidade solidária do sócio único: COUTINHO DE ABREU, Curso de Direito de Direito Comercial, Vol. II, Das Sociedades, 3ª Ed., Almedina, 2009, p. 56-57; FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, ob. cit. (2009), p. 53; ANA MARIA PERALTA, ob. cit., p. 266; TERESA ANSELMO VAZ, ob. cit., p. 381.

Por conseguinte, e na medida em que a SUQ não constitui um tipo legal societário (art. 1º, nº 2 do CSC)⁽⁷²⁾, se o sócio único incumprir com os preceitos da lei que “estabelecem a afectação do património da sociedade ao cumprimento das respectivas obrigações” e se a SUQ for declarada insolvente, à semelhança do que acontece nos casos de unipessoalidade superveniente, aquele “será ilimitadamente responsável por todas as obrigações contraídas pela sociedade a partir do momento em que ela existe como sociedade unipessoal”⁽⁷³⁾⁽⁷⁴⁾.

Apesar da falta de referência expressa no art. 84º do CSC, é possível alargar o seu âmbito de aplicação, através da sua interpretação extensiva, de maneira a que inclua os casos das sociedades materialmente unipessoais⁽⁷⁵⁾⁽⁷⁶⁾.

Visto que em termos práticos as sociedades materialmente unipessoais não passam de verdadeiras sociedades unipessoais e estas, na nossa modesta opinião, também integram o âmbito de aplicação do art. 84º do CSC, o disposto neste preceito não poderia deixar de ser aplicado às sociedades materialmente unipessoais.

⁷⁰ Cfr. PEDRO PIDWELL, ob. cit., p. 221-222; CATARINA SERRA, ob. cit., p. 134.

⁷¹ Cfr. PINTO MONTEIRO/PEDRO MAIA, ob. cit., p. 146: “Quanto às sociedades unipessoais por quotas – (...) – a aplicação do art. 84º já tem conteúdo útil: uma vez que, ressalvado o caso de violação do art. 270º-F, o sócio único não é responsável pelas dívidas desta, o art. 84º acrescenta efectivamente uma responsabilidade perante os credores que, na ausência desta norma, o sócio único da sociedade por quotas não teria ou não poderia ter”.

⁷² Cfr. Assim, FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, “Sociedades Unipessoais por Quotas, exercício individual e reorganizações empresariais – reflexões a propósito do regime legal”, DSR, Ano 1, Março 2009, Vol. I, p. 118-119; RICARDO COSTA, ob. cit., p. 61-65; A. PEREIRA DE ALMEIDA, ob. cit., p. 416; M. FÁTIMA RIBEIRO, ob. cit., p. 372; JOSÉ MARQUES ESTACA, ob. cit., p. 777; BRITO CORREIA, ob. cit., p. 641-643; MARGARIDA AZEVEDO ALMEIDA, ob. cit., p. 70; em sentido contrário, OLIVEIRA ASCENSÃO, ob. cit. Vol. IV, p. 135 e segs.

⁷³ Cfr. M. FÁTIMA RIBEIRO, ob. cit., p. 227; MARIA PRAZERES FERREIRA, “Responsabilidade Ilimitada do Sócio Único em Caso de Falência da Sociedade Unipessoal por Quotas”, Jornal APOTEC, 1999, p. 2-4 e nt. 4.; OLIVEIRA ASCENSÃO, Direito Comercial, IV, p. 135; CATARINA SERRA, ob. cit., 1997, que convoca o art. 84º do CSC através do art. 270º-G do CSC, p. 134; MARIA ÂNGELA COELHO, ob. cit., 2003, p. 38-39; MENEZES CORDEIRO, ob. cit., p. 474; M. FÁTIMA RIBEIRO, ob. cit., 225-228, ob. cit., 371-372; PEDRO PIDWELL, ob. cit. p. 219-222; PINTO MONTEIRO/PEDRO MAIA, ob. cit., p. 145-147;

⁷⁴ No sentido da inaplicabilidade do art. 84º do CSC às SUQ: RICARDO COSTA, ob. cit., p. 727-730, que conclui que “hoje não necessitamos de sair da disciplina da SQU para atingirmos o mesmo resultado, ainda que ambos os preceitos possuam inegáveis semelhanças no plano das fundamentações e coincidam no espírito. Mesmo quando a SQU entre em falência, se os credores vierem reclamar a satisfação dos seus créditos com base em violação dos princípios disciplinadores da separação patrimonial, podem fazê-lo com base no art. 270-F nº 4: a dispensa do art. 84º torna-se aceitável, já que um dos requisitos da sua aplicação se subsume na situação prevista pelo art. 270º-F nº 4, extensivamente aplicado (maxime, a confusão de esferas jurídicas). (...)”; também em Unipessoalidade Societária, p. 141-142, nt. 147; FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, ob. cit., p. 137-138; A. PEREIRA DE ALMEIDA, “Sociedades

Assim, se o art. 84º do CSC não abrangesse os casos de unipessoalidade material potenciava-se um efeito indesejável e evitável: seria “um incentivo à criação e manutenção de sociedades fictícias, agora o único meio do sócio único camuflado escapar à aplicação daquele regime”⁽⁷⁷⁾.

Deste modo, podemos concluir que a melhor forma de assegurar a tutela dos credores sociais concretiza-se na interpretação do art. 84º do CSC como preceito que pode incluir no seu âmbito de aplicação as várias situações de unipessoalidade (superveniente, originária e material).

Comerciais e Valores Mobiliários”, 6ª Ed., Almedina, 2011, 416-417; JOÃO ESPÍRITO SANTO, ob. cit., p. 94.

⁷⁵ Cfr. M. FÁTIMA RIBEIRO, ob. cit., p. 362-363; ANA MARIA PERALTA, ob. cit. p. 265 e segs.

⁷⁶ Cfr. Em sentido diverso, RICARDO COSTA, ob. cit., nt. 445 – p. 409-410, p. 444 e segs, em especial 449-451, da nt. 498, e p. 710; do mesmo autor, CSC..., cit., p. 289 (que aplica o art. 270º-F, nº 4 do CSC à unipessoalidade material); A. PEREIRA DE ALMEIDA, ob. cit., p. 47.

⁷⁷ Cfr. ANA MARIA PERALTA, ob. cit., p. 265 e segs.

11.O regime jurídico dos contratos celebrados entre o sócio único e a SUQ no Direito Comparado

Em consonância com o disposto no art. 5º da 12ª Directiva, os legisladores europeus, ainda que, conforme veremos, de modo desigual, tiveram de consagrar regras para os contratos que o sócio único celebra com a sociedade unipessoal.

No ordenamento jurídico espanhol, o regime relativo a estes contratos encontra-se consagrado no art. 16º da LSC⁽⁷⁸⁾. De acordo com o nº 1 do art. 16º da LSC, os contratos que o sócio único realiza com a sociedade devem observar as seguintes formalidades: devem observar a forma escrita ou a forma legal exigida pela lei em função da sua natureza⁽⁷⁹⁾, bem como devem ser transcritos para um “*libro-registo*” da sociedade; acresce que no relatório anual devem ser mencionados expressa e individualizadamente os contratos, com indicação da sua natureza e condições⁽⁸⁰⁾.

Em caso de insolvência do sócio único ou da sociedade, não serão oponíveis à massa os contratos que não tiverem respeitado os requisitos supra descritos (art. 16º, nº 2 da LSC)⁽⁸¹⁾. Prevê ainda o nº 3 do art. 16º da LSC que, durante o prazo de dois anos a contar da data de celebração destes contratos, o sócio único será responsabilizado, perante a sociedade, pelas vantagens que directa ou indirectamente obteve em prejuízo desta, como consequência do contrato em causa⁽⁸²⁾.

⁷⁸ Cfr. FERNANDO SÁNCHEZ CALERO, ob. Cit., p. 551-552.

⁷⁹ Cfr. IGLESIAS PRADA, “La sociedad de responsabilidad limitada unipersonal”, Tratando de la Sociedad limitada, 1997, p. 1032, nt. 80; JIMÉNEZ SÁNCHEZ/DÍAZ MORENO, “Sociedad Unipersonal de Responsabilidad Limitada, Comentario al Regimen Legal de las Sociedades Mercantiles”, tomo XIC, Vol. 5º, dirigido por Rodrigo Úria/Aurelio Menéndez/Manuel Olivencia, Editorial Civitas, Madrid, 1998, p. 215 e segs; BOQUERA MATARREDONA, “La sociedad unipersonal de resposanbilidad limitada”, Editorial Civitas, 1996, p. 145; M. BELÉN GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, La sociedad unipersonal en el derecho español, La Ley, 2004, p. 291.

⁸⁰ Cfr. GUILLERMO J. SÁNCHEZ/ALBERTO DÍAZ MORENO, “Comentario al Régimen Legal de las Sociedades Mercantiles”, 2ª Ed. Civitas, 2001, p. 225 e segs; em sentido crítico quanto a esta norma: RODRIGO ÚRIA/AURELIO MENÉNDEZ/IGLESIAS PRADA, “Curso de Derecho Mercantil”, 2ª Ed., Civitas, 2006, p. 1367.

⁸¹ Cfr. PERDO PRENDES CARRIL, “La sociedad de responsabilidad limitada. Compendio de Jurisprudencia Comentada”, Aranzadi, 2002, p. 835 e segs; CARBAJO CASCÓN, ob. Cit., p. 500 e segs; RODRIGO ÚRIA – “Derecho Mercantil2, 27ª Ed. Revisada en colaboración com Maria Luis Aparicio, 2000, Marcial Pons, p. 577; M. BELÉN GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, ob. Cit., p. 302; quanto à reintegração dos prejuízos da sociedade por via do 1.111 do CC GUILLERMO J. SÁNCHEZ/ALBERTO DÍAZ MORENO:, ob. cit., p. 243 e segs; CARBAJO CASCÓN, ob. Cit., p. 491.

No direito francês, o único requisito estabelecido em matéria de contratação entre o sócio único e o EURL concretiza-se na necessidade de todos os contratos deverem ser mencionados “au registre des décisions”⁽⁸³⁾.

Em Itália, a disciplina dos negócios celebrados entre o sócio único e a sociedade unipessoal encontra-se disposta no art. 2478º, comma 3º do Codice Civile⁽⁸⁴⁾: o contrato realizado entre o sócio e a sociedade ou a operação em favor do sócio serão oponíveis aos credores sociais se tiverem sido transcritas para o livro de actas do conselho de administração ou se observarem a forma escrita com data certa anterior à penhora⁽⁸⁵⁾.

Por sua vez, o legislador inglês regulou a celebração destes negócios jurídicos na section 231 do Companies Act de 2006 sob a epígrafe “*Contract with solo member who is also a director*”⁽⁸⁶⁾.

Se o sócio único de uma *limited company* é simultaneamente seu director e celebra um contrato com a sociedade que não se inclui nas suas operações correntes devem ser observadas as seguintes formalidades: salvo quando o contrato for reduzido a escrito, a *company* deve garantir que seus termos são previstos num memorando escrito ou registado na acta da primeira reunião dos *directors of the company* após a sua realização.

⁸² Cfr. JUSTINO DUQUE DOMINGUÉZ, “Recientes desarrollos del derecho de los grupos de sociedades en el derecho español”, Conferências da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra 1999/2000, Coimbra Editora, 2000, p. 58 e segs; BOLDÓ RODA, ob. Cit.; p. 229 e segs; CARBAJO CASCÓN, ob. Cit., p. 477 e segs.

⁸³ Cfr. BARBARA DE DONNO SFORZA, ob. cit., p. 50-52; G. RIPERT/ R. ROBLOT, “Traité de Droit Commercial”, 17ª Ed., Tome I, 1998, p. 1029.

⁸⁴ Até às alterações introduzidas pela reforma de 2003, a questão era regulada no art. 2490-bis do Codice Civile - GIORGIO OPPO, “La nuova legislazione commerciale. Società, contrato, responsabilità (a propósito della nuova società a responsabilità limitata)”, RDC, XXXIX, 1993, II, p. 185; ILARIA CHIEFI, “Sottocapitalizzazione della società, s.r.l. unipersonale e art. 2490-bis cod. Civ.”, GC, Ano XXIII, 1996, I, p. 511 e segs; GIOVANNI CABRAS, “Le società unipersonali”, GC, Ano XLIV, 1994, II, p. 289-291; BARBARA DE DONNO SFORZA, ob. Cit., p. 201-207.

⁸⁵ Cfr. FRANCESCO GALGANO, “Diritto Civile e Commerciale. Vol. III. L’impresa e le società. Tomo II. Le società di capitale e le cooperative”, 4ª Ed., Cedam, 2004, p. 535: se dos contratos em causa resultar que a sociedade foi usada para servir os interesses do sócio único ou se aquele requisito foi sistematicamente inobservado, o sócio único poderá ver derogado o benefício da responsabilidade limitada.

⁸⁶ Cfr. VVAA, PALMER’S COMPANY LAW. Annotated Guide to the Companies Act 2006, Thomson/Sweet & Maxwell, 2007, p. 213 e segs.

O incumprimento do regime supra exposto, por um lado, não produz efeitos sobre a validade do negócio, mas, por outro lado, suscita o seguinte efeito: *“(3) If a company fails to comply with this section an offence is committed by every officer of the company who is in default; (4) A person guilty of an offence under this section is liable on summary conviction to a fine not exceeding level 5 on the standard scale”*.

12.O regime jurídico dos contratos celebrados entre o sócio único e a SUQ (art. 270º-F do CSC)

O legislador nacional consagrou um regime pormenorizado para a contratação entre o sócio único e a SUQ nos termos do art. 270º-F do CSC.

De acordo com o art. 270º-F do CSC, os negócios celebrados entre o sócio único e a SUQ estão sujeitos aos seguintes requisitos de validade:

- servir a prossecução do objecto da sociedade (nº1);
- obediência à forma escrita como requisito formal mínimo (nº 2)
- os documentos de que constam estes negócios jurídicos devem ser patenteados conjuntamente com o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas, bem como qualquer interessado pode, a todo o tempo, consultá-los na sede da sociedade (nº 3).

O nº 4 determina que a violação dos requisitos *supra* enunciados acarreta duas sanções:

- a nulidade do negócio;
- a responsabilidade ilimitada do sócio único.

O primeiro requisito de validade desdobra-se em dois aspectos: por um lado, conforme resulta do art. 6º do CSC, a “capacidade da sociedade compreende os direitos e as obrigações necessários ou convenientes à prossecução do seu fim” ⁽⁸⁷⁾⁽⁸⁸⁾; por outro lado, “o negócio deve ser necessário, útil ou conveniente à prossecução das actividades inscritas no estatuto como objecto da sociedade”⁽⁸⁹⁾.

⁸⁷ Cfr. ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, CSC..., Vol. I, p. 110: “O fim da sociedade comercial é, em regra, o lucro, pois, como afirmava Lobo Xavier, o legislador pressupõe, no CSC, um conceito genérico de sociedade que resulta, pelo menos em parte, do art. 908º do CCiv.” Em sentido diverso, OLIVEIRA ASCENSÃO, ob. Cit., p. 8-9; PINTO FURTADO, “Comentário ao Código das Sociedades Comerciais. Artigos 1º a 19º. Âmbito de aplicação. Personalidade e Capacidade. Celebração do contrato e registo”, Almedina, 2009, p. 235.

Determina-se no nº 2 do art. 270º-F do CSC que os negócios jurídicos que o sócio celebra com a SUQ devem, no mínimo, observar a forma escrita, salvo se for exigível outra forma legalmente prescrita.

Por último, o nº 3 do art. 270º-F do CSC impõe que os documentos de que constem os negócios celebrados entre o sócio único e a SUQ sejam patenteados com o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas, do mesmo modo que qualquer interessado os poderá consultar, a todo o tempo, na sede da sociedade⁽⁹⁰⁾. Através deste requisito de natureza publicitária, o legislador visou, sobretudo, “garantir a *cognoscibilidade desses actos jurídicos a terceiros*, que poderão assim aceder a elementos de informação sobre a condição patrimonial da sociedade e da sua capacidade de crédito, susceptíveis de fortalecer a confiança do tráfico na aceitação daquela sociedade como parceira negocial”⁽⁹¹⁾.

Porém, levando em consideração a necessidade de protecção do segredo empresarial e o conceito de interessados para efeitos do art. 270º-F do CSC, a consulta dessa documentação na sede societária deverá estar limitada, nomeadamente, aos credores da sociedade, bem como às “pessoas que, num quadro de formação de um negócio com a sociedade unipessoal, possam vir a ter tal posição perante ela ou de que possa resultar responsabilidade da sociedade”⁽⁹²⁾, na medida em que podem ser os principais afectados pela contratação entre o sócio único e a SUQ.

⁸⁸ Cfr. Quanto à nulidade do negócio por não respeitar o fim da sociedade nos termos do art. 249º do CC: ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, CSC..., Vol. I, p. 110-111; também, PAULO DE TARSO DOMINGUES, “A vinculação da sociedade por quotas no Código das Sociedades Comerciais”, *RFDUP*, I, 2004, p. 285; AGOSTINHO CARDOSO GUEDES, “A limitação dos poderes dos administradores das sociedades anónimas operada pelo objecto social no novo Código das Sociedades Comerciais”, *RDE*, nº 13, 1987, p. 131; ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, “Capacidade e representação das sociedades comerciais”, *Problemas do Direito das Sociedades*, Almedina, 2002, p. 472 e segs; COUTINHO DE BAREU, ob. cit., Vol. II, p. 187 e segs.

⁸⁹ Cfr. FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, ob. cit., p. 111.

⁹⁰ Cfr. Segundo FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, ob. Cit., p. 113: “Interessados são apenas aqueles que detêm e comprovam um interesses juridicamente atendível, à face do regime societário. Devem assim considerar-se interessados, para efeitos do preceito em análise, todos aqueles que tenham um crédito sobre a sociedade ou que estejam numa relação pré-negocial da qual possa vir a resultar um crédito ou a responsabilidade da sociedade”. Cfr Criticando a opção do legislador estabelecida no nº 3 do art. 270-F CSC, CATARINA SERRA, ob. cit., p. 138. No direito comparado, MARIO CALUDIO CAPPONI, “Società unipersonale a r. l.: finalmente una realtà per l’ordinamento italiano”, *Società*, Ano XII, nº 4, 1993, p. 445.

Embora a conclusão de negócios entre o sócio único e a SUQ deva obedecer a um conjunto significativo de requisitos, o art. 270º-F do CSC nada dispõe em relação ao seu âmbito de aplicação.

Todavia, diferentemente do que estabeleceu o legislador comunitário, consideramos que as regras do art. 270º-F do CSC devem ser aplicadas tanto nos casos em que o sócio único é simultaneamente gerente, como nos casos em que a gerência da SUQ é exercida por um terceiro⁽⁹³⁾. Entendimento diverso redundaria na limitação do âmbito de aplicação do art. 270º-F do CSC, do mesmo modo que a tutela dos credores sociais não estaria efectivamente assegurada, já que “seria mera estultícia pensar que o potencial dano que deriva para os terceiros da contratação entre o sócio único e a SUQ, (...), desapareceria quando a representação é ostentada por um terceiro”⁽⁹⁴⁾.

13. O fundamento do art. 270º-F do CSC

Com a determinação de regras e consequências tão específicas para os negócios que o sócio único celebra com a sociedade no art. 270ºF do CSC⁽⁹⁵⁾ ficaram demonstradas as dúvidas levantadas em torno da SUQ e que giravam, sobretudo, em torno da hipótese de confusão ou mistura entre o património pessoal do sócio e o património social⁽⁹⁶⁾.

⁹¹ Cfr. RICARDO COSTA, ob. cit., p. 341.

⁹² Cfr. JOÃO ESPÍRITO SANTO, ob. cit., p. 91; FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, ob. Cit., p. 113.

⁹³ Cfr. RICARDO COSTA, ob. cit., 2002, p. 685; no mesmo sentido, FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, ob. cit., p. 108-109, ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, ob. cit., p. 312, PINTO/MONTEIRO/PEDRO MAIA, ob. cit., p. 143 e 158, e Pedro Pidwell, ob. cit., p. 224. No direito comparado, BELÉN GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, ob. cit., p. 285 e GIULIANA SCOGNAMIGLIO, “La disciplina delle s.r.l. unipersonale: profili ricostitutivi”, GC, Ano XXI, 1994, I, p 260.

⁹⁴ Cfr. RICARDO COSTA, ob. cit., 2002, p. 686.

⁹⁵ Cfr. INOCÊNCIO GALVÃO TELES, “Contrato entre a sociedade anónima e o seu director”, Dir., 1955, p.12-28; ADRIANO PAES DA SILVA VAZ SERRA, “Contrato consigo mesmo e negociação de directores ou gerentes de sociedades anónimas ou por quotas com as respectivas sociedades (algumas considerações)”, RLJ, ano 100º, 1967, p. 81-83 e segs.

⁹⁶ Cfr. RICARDO COSTA, CSC..., Vol. IV, p. 337: “ A medida insere-se no temor que se generalizou em relação à sociedade unipessoal: esta seria uma fonte incontrolável para cometer abusos, em detrimento da posição dos terceiros que se relacionam com um ente societário unipessoal”; Elenca ainda o autor uma série de casos de abusos que se podem

Como os negócios que o sócio celebra com a SUQ potenciam e podem conduzir a esta situação⁽⁹⁷⁾, o legislador optou pelo estabelecimento de um conjunto significativo de condições de validade para aqueles negócios (art. 270-F do CSC, nºs 1 a 3 do CSC), bem como pela nulidade do negócio e pela responsabilidade ilimitada do sócio único (art. 270º-F, nº 4 do CSC) se as mesmas fossem violadas⁽⁹⁸⁾.

O regime estabelecido no art. 270º-F do CSC levou a doutrina a aproximá-lo de duas disposições do CSC: o art. 29º, nº 4, que estipula o regime da aquisição de bens a accionistas para a sociedade anónima ou em comandita por acções⁽⁹⁹⁾ e o art. 397º, nº 1 e 2, relativo aos negócios dos administradores com a sociedade anónima⁽¹⁰⁰⁾.

Há ainda quem fundamente o art. 270º-F, nº 4, do CSC com o art. 261º do CC que regula o “negócio consigo mesmo”⁽¹⁰¹⁾⁽¹⁰²⁾, mas a generalidade da doutrina tem vindo a considerar que, devido às diferenças dos regimes, a norma civilística é inaplicável à contratação entre o sócio único e a sociedade unipessoal⁽¹⁰³⁾.

Considerando o exposto, só podemos concluir que a tutela dos credores da SUQ fundamenta o regime especial que o legislador nacional fez constar no art. 270º-F do CSC⁽¹⁰⁴⁾.

verificar”.

⁹⁷ Segundo FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, ob. cit., p. 110, “o instrumento principal de que o sócio único dispõe para distorcer a separação entre o seu património pessoal e o património social são os negócios que ele próprio celebra com a sociedade”.

⁹⁸ Cfr. PEDRO PIDWELL, ob. cit., a nulidade “assume-se como uma cominação de cariz marcadamente preventivo”, ao passo que a responsabilização ilimitada do sócio único “tem, como não podia deixar de ser, de natureza sancionatória”, p. 229.

⁹⁹ Cfr. RICARDO COSTA, ob. cit., p. 57, nt. 84.

¹⁰⁰ Cfr. ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, ob. cit., p. 313, nt. 12.

¹⁰¹ Cfr. ADRIANO PAES DA SILVA VAZ SERRA, “Contrato consigo mesmo”, *RLJ*, Ano 91º, p. 179 e segs; RAÚL GUICHARD, “O negócio consigo mesmo: uma tentativa de justificação do regime legal”, *RCEJ*, nº 11, 2007, p. 25-74.

¹⁰² Cfr. CATARINA SERRA, ob. cit., p. 137: “estamos perante um caso de «contrato consigo mesmo» - do sócio enquanto sujeito com o sócio enquanto administrador e representante legal da sociedade – ou de «autocontrato», em que, sendo, em princípio, o sócio quem exclusivamente forma e manifesta a vontade da sociedade, não existe a saudável contraposição de interesses de que depende o equilíbrio de todo o negócio bilateral”.

¹⁰³ Cfr. MARGARIDA AZEVEDO DE ALMEIDA, ob. cit., p. 75 segs; A. PEREIRA DE ALMEIDA, ob. cit., p. 421; FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, ob. cit., p. 109; COUTINHO DE ABREU, ob. cit., p. 149 e segs; RICARDO COSTA, ob. cit., p. 680 3 segs, nt. 888; PEDRO PIDWELL, ob. cit., p. 226-227.

¹⁰⁴ Cfr. M. FÁTIMA RIBEIRO, ob. cit., p. 375-376, os requisitos do art. 270º-F do CSC pretendem “impedir a celebração entre sociedade e sócio de outros negócios que não os que

14. As sanções do nº 4 do art. 270-F do CSC

A violação das condições dispostas para os negócios celebrados entre o sócio e a SUQ resulta numa dupla sanção: a nulidade do negócio e a responsabilidade ilimitada do sócio único.

A mera interpretação literal do art. 270º-F, nº 4, do CSC leva-nos a considerar que a violação de qualquer uma das exigências constantes do nº 1 a nº 3 suscita liminarmente as consequências *supra* referidas. Face à ambiguidade da letra lei, são diversas as questões que se colocam em torno da aplicação do art. 270º-F, nº 4, do CSC.

O art. 270º-F, nº 4 do CSC prescreve a nulidade como a primeira sanção pela violação dos requisitos de validade do negócio celebrado entre o sócio único e a sociedade, pelo que se impõe uma breve referência às suas características: a declaração de nulidade implica que o negócio não produz qualquer efeito e qualquer interessado pode invocar, a todo o tempo, a nulidade, podendo ainda ser declarada oficiosamente pelo tribunal (art. 286º do CC)⁽¹⁰⁵⁾; refere a lei que a nulidade pode ser invocada por qualquer interessado, isto é, “pelo titular de qualquer relação jurídica cuja consistência, tanto jurídica, como prática, seja afectada pelo negócio”⁽¹⁰⁶⁾; com a declaração de nulidade do negócio produzem-se efeitos retroactivos, o que implica a restituição de tudo o que tiver sido prestado ou, se tal não for possível, o valor correspondente (art. 291º do CC).

Perante o regime da nulidade e os efeitos da sua declaração, desde logo, e conforme tem vindo a ser apontado, não parece que deva ser aplicado quando o negócio não foi concluído de acordo com o requisito publicitário que consta no nº 3 do art. 270º-F do CSC⁽¹⁰⁷⁾.

servam o objecto da sociedade; mas também impõem que esses negócios sejam celebrados formalmente e publicitados. Ou seja, a lei garante que, ou não são celebrados negócios entre o sócio único e a sociedade ou, se forem – e ainda que sirvam o objecto da sociedade – facilmente os credores sociais os conhecem, para que possam fazer valer eventuais direitos que lhes assistam”.

¹⁰⁵ Cfr. LUÍS CARVALHO FERNANDES, “Teoria Geral do Direito Civil”, Vol. II, UCE, 3ª Ed., 2001, p. 470 e segs; JOÃO DE CASTRO MENDES, “Teoria Geral do Direito Civil”, Vol. II, AAFDL, 1995, p. 434 e segs.

¹⁰⁶ Cfr. PIRES DE LIMA E ANTUNES VARELA, Código Civil Anotado, 4ª Ed., Coimbra Editora, 1987, p. 263.

¹⁰⁷ Cfr. FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, ob. cit., p. 114; ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, ob. cit., p. 314; JOÃO ESPÍRITO SANTO, ob. cit.,

Por outro lado, o recurso a um instituto como o da nulidade para efeitos da contratação entre sócio e SUQ deve revestir-se de uma certa limitação, isto é, “a sanção da nulidade, pela sua gravidade, só tem cabimento nos casos em que os interesses a tutelar a justifiquem, impedindo que o negócio produza os efeitos a que se destinava e não admitindo qualquer possibilidade de sanção”⁽¹⁰⁸⁾. Por outras palavras, parece-nos que o negócio inválido celebrado pelo sócio único e a sociedade deve ser sancionado com a nulidade caso a tutela dos interesses dos credores da SUQ seja comprometida.

Acresce à sanção da nulidade que a violação do disposto no art. 270º-F, nº 1 a nº 3, do CSC implica a responsabilidade ilimitada do sócio único.

Na medida em que do nº 4 do art. 270º-F do CSC nada resulta quanto ao âmbito da ilimitação da responsabilidade do sócio único, suscita-se a seguinte questão: “A parte final do nº 4 do art. 270º-F significa que a violação dos números anteriores determina que o sócio se transforme em sócio de responsabilidade ilimitada, como sustentam alguns Autores, ou que responda (apenas) por certos actos ou certos danos, como sustentam, com diferenças entre si, outros Autores?”⁽¹⁰⁹⁾

Quanto ao primeiro dos sentidos referidos, argumenta-se que “a lei pretendeu pressionar o sócio único a observar essas *normas de segurança* do art. 270º-F”, caso contrário verificava-se a derrogação da norma que consagra que “só o património social responde para com os credores pelas dívidas da sociedade” (art. 197º, nº 3 do CSC)⁽¹¹⁰⁾. Por outro lado, considera-se que a declaração de nulidade do negócio que o sócio realiza com a sociedade “representaria uma sanção insuficiente”, pelo que o sancionamento do sócio com a responsabilidade limitada proporciona uma melhor tutela dos credores sociais⁽¹¹¹⁾.

¹⁰⁸ M. FÁTIMA RIBEIRO, ob. cit. p. 212; . Filipe Cassiano dos Santos, ob. cit., p. 115.

¹⁰⁹ Cfr. RUI PINTO DUARTE, “II Congresso DSR”, 2012, p. 587.

¹¹⁰ Cfr. RICARDO COSTA, ob. cit., p. 393.

¹¹¹ Cfr. MENEZES CORDEIRO, ob. cit., p. 489 e do mesmo autor em “Manual de Direito das Sociedades”, II, 475: a sanção da responsabilidade ilimitada surge como o “passo mais natural para estabelecer o equilíbrio perturbado pela conclusão de um contrato ilegítimo”; JOSÉ MARQUES ESTACA, ob. cit., p. 787.

Porém, no nosso ponto de vista, não se crê que a violação dos pressupostos estabelecidos no art. 270º-F, nº 1 a 3, do CSC fundamente e conduza imediatamente à atribuição da responsabilidade pessoal e ilimitada do sócio único pelo montante total das obrigações assumidas pela SUQ.

À partida, se considerámos que a declaração de nulidade do negócio não deve ser aplicada automaticamente, muito menos poderíamos considerar que uma sanção tão excepcional como a responsabilidade ilimitada poderia ser desencadeada só porque o contrato entre o sócio único e a SUQ não respeitou os vários requisitos do art. 270º-F do CSC.

Acresce que a contratualização estabelecida entre o sócio único e a sociedade não tem, necessariamente, tradução num prejuízo para o património social e, por extensão, para os credores societários⁽¹¹²⁾.

Por último, se a violação das regras estabelecidas para os contratos celebrados entre sócio e SUQ determinasse imediatamente a responsabilidade ilimitada daquele, tratar-se-ia “da consagração legal de uma alteração do regime de responsabilidade do sócio” e seria uma “consequência de alcance marcadamente punitivo e que em nada” protegeria “os interesses dignos de tutela dos credores sociais”⁽¹¹³⁾.

Sustenta-se ainda que o regime do art. 270-F, nº 4 do CSC, interpretado de forma extensiva, pode ser a solução para todos os casos que devem ser sancionados com a “desconsideração da personalidade jurídica da sociedade”⁽¹¹⁴⁾.

Todavia, face à argumentação enunciada, esta interpretação extravasa largamente o âmbito do art. 270º-F do CSC, na medida em que este preceito se destina a regular em específico o contrato do sócio com a sociedade unipessoal. Devemos acrescentar que a interpretação extensiva do 270º-F, nº 4, parte final, do CSC poderia comprometer o sucesso da SUQ, pois incentivava “o sócio único a dissolver, imediatamente, a sociedade, para não se sujeitar a maiores e indesejados riscos” e consubstanciava-se no “recurso recorrente à pluralidade fictícia”⁽¹¹⁵⁾.

¹¹² Cfr. PEDRO PIDWELL, ob. cit., p. 230-231.

¹¹³ Cfr. M. FÁTIMA RIBEIRO, ob. cit., p. 213.

¹¹⁴ Cfr. RICARDO COSTA, ob. cit. p. 344 e segs.

¹¹⁵ Cfr. M. FÁTIMA RIBEIRO, ob. cit., p. 404.

Deste modo, entendemos, não só, que a parte final do art. 270º-F, nº 4 do CSC deve ser interpretada no sentido que a responsabilidade ilimitada do sócio único pela “violação do disposto nos números anteriores” está delimitada aos prejuízos do negócio que aquele celebrou com a SUQ⁽¹¹⁶⁾, do mesmo modo que não se deve “elevant o art. 270º-F, nº 4, a norma central de uma *disciplina geral dos abusos do sócio único* em sede de SQU”⁽¹¹⁷⁾.

15.A natureza jurídica da responsabilidade ilimitada do sócio único (art. 270º-F, nº 4, 2ª parte do CSC)

Na medida em que apontámos no sentido de que a ilimitação da responsabilidade do sócio único no âmbito do art. 270º-F, nº 4 do CSC se circunscreve aos prejuízos decorrentes, para o património social, dos negócios que aquele celebra com a SUQ, a responsabilidade solidária do sócio único com a da sociedade surge como a resposta mais adequada e necessária à tutela dos credores sociais⁽¹¹⁸⁾⁽¹¹⁹⁾.

¹¹⁶ Cfr. M. FÁTIMA RIBEIRO, ob. cit., p. 213-214; M. FÁTIMA RIBEIRO, DSR, p. 225, “...só podemos entender que o art. 270º-F do CSC apenas contempla os casos a que expressamente se refere, não se vislumbrando a possibilidade de ele se destinar a regular todas as situações que se entenda justificarem “a derrogação do princípio legal da separação entre a personalidade do sócio e da sociedade [por quotas unipessoal]”; FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, ob. cit., p. 115-116; PEDRO PIDWELL, ob. cit., p. 237.

¹¹⁷ Cfr. RICARDO COSTA, ob. cit., p. 693; CATARINA SERRA, ob. cit., p. 78; JOSÉ MARQUES ESTACA, ob. cit., p. 787-788.

¹¹⁸ Cfr. PEDRO PIDWELL, ob. cit., p. 232.

¹¹⁹ No sentido da responsabilidade subsidiária: Cfr. RICARDO COSTA, ob. cit., p. 693-694, nt. 911: “por um lado, a discutida responsabilidade constitui uma garantia para terceiros, que funcionará depois de rateada a garantia principal, constituída pelos bens da corporação unipessoal; por outro, é factor de inibição do empresário, afastando-o da prática de actos susceptíveis de perigar a autonomia efectiva do património da sociedade” ; antes da entrada em vigor do CSC, FERRER CORREIA, “Sociedades Fictícias e Unipessoais”, p. 266-267, “O problema das sociedades unipessoais”, in *BMJ*, nº 166, 1967, p. 210-211, 214 e segs; RAÚL VENTURA, “Apontamentos para a Reforma da Sociedade Por Quotas de Responsabilidade Limitada”, in *BMJ*, nº 182, 1969, p.121.

16. Conclusões

As principais conclusões que retiramos da análise da questão da responsabilidade do sócio único (arts. 84º e 270º-F do CSC) são as seguintes:

- limitação da eficácia do regime de responsabilidade do sócio único estabelecido no art 84º do CSC;
- a introdução da nova alínea e) do art. 189º do CIRE, através da Lei nº 16/2012, de 20 de Abril, representa uma maior tutela para os credores sociais da sociedade unipessoal, tornando o art. 84º do CSC ainda menos eficaz;
- •o art. 84º do CSC, quando interpretado extensivamente, pode englobar e determinar a responsabilidade pessoal e ilimitada do sócio único da SUQ e da sociedade materialmente unipessoal, verificados que estejam os seus pressupostos;
- como um dos requisitos de aplicação do art. 84º do CSC consiste na declaração de insolvência da sociedade reduzida à unipessoalidade, consideramos que a responsabilidade ilimitada do sócio único é de natureza subsidiária em relação à sociedade;
- pela gravidade da sanção da nulidade, esta deve não deve operar de forma automática, conforme resulta da interpretação literal do nº 4 do art. 270º-F do CSC, mas para a sua aplicação deve levar em conta os prejuízos que o negócio causou à SUQ
- o art. 270º-F, nº 4 do CSC, quando determina que a "violação do disposto nos números anteriores" é sancionada com a responsabilidade ilimitada do sócio, entendemos que deve ser interpretado no sentido de que a responsabilidade "ilimitada" se limita aos prejuízos provocados pelo contrato do sócio único com a SUQ, que também é sancionado com a nulidade;
- a responsabilidade pessoal e ilimitada do sócio único, pela "violação" do disposto no art. 270º-F do CSC, é de natureza solidária para com a sociedade e adstrita aos prejuízos pela inobservância dos requisitos dos nºs 1 a 3, do art. 270º-F do CSC.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, JORGE MANUEL COUTINHO DE

- *Da Empresarialidade. As empresas no Direito*, Almedina, Coimbra, 1996.
- *Curso de Direito Comercial*, Vol. I, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2007.
- *Curso de Direito Comercial*, Vol. II, 3ª ed., Almedina, Coimbra, Almedina, 2009.
- *Diálogos com a jurisprudência, II – Responsabilidade dos administradores para com os credores sociais e desconsideração da personalidade jurídica*, DSR, 3, 2010.

ALARCÃO, MANUEL DE

- *Sociedades unipessoais*, in BFDUC, Suplemento ao vol. XIII, 1961, 203-326.

ALMEIDA, ANTÓNIO PEREIRA DE

- *A limitação da responsabilidade do comerciante individual*, in *Novas Perspectivas do Direito Comercial*, Almedina, Coimbra, 1988, 271-288.
- *Sociedades Comerciais, valores mobiliários e mercados*, 6ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2011.

ALMEIDA, MARGARIDA AZEVEDO DE

- *O problema da responsabilidade do sócio único perante os credores da sociedade por quotas unipessoal*, in RCEJ, nº 3, 2005, 61-98.

ALONSO UREBA, ALBERTO

- *La 12ª Directiva comunitária em matéria de Sociedades relativa a la sociedad de capital unipersonal y su incidencia en el Derecho, doctrina y jurisprudencia española, com particular consideracion de la RDGMR de 21 de junio de 1990*, in *Derecho Mercantil de la Comunidad Economica Europea - Estudios en homenaje a José Girón Tena*, Editorial Civitas, Madrid, 1991.

ANTUNES, JOSÉ AUGUSTO ENGRÁCIA

- *Os Grupos de Sociedades. Estrutura e Organização Jurídica da Empresa Plurissocietária*, 2ª ed., Almedina, Coimbra, 2002.

- *O estabelecimento individual de responsabilidade limitada: crónica de uma morte anunciada*, in RFDUP, 2006, 401-442.

ASCENSÃO, JOSÉ DE OLIVEIRA

- *O estabelecimento individual de responsabilidade limitada ou o falido rico*, in Estruturas Jurídicas da Empresa, AA.VV., AAFDL, Lisboa, 1989, 13-35.

- *Direito Comercial – Parte Geral*, I, Lisboa, 1988.

- *Direito Comercial, Vol. IV, Sociedades Comerciais – Parte Geral*, Lisboa, 2000.

BOLDÓ RODA, CARMEN

- *La dottrina del levantamento del velo della personalità giuridica nel diritto privato spagnolo*, in CI, 1998, 256-313.

- *Levantamiento del Velo y Persona Jurídica en el Derecho Privado Español*, 4ª ed., Aranzadi, Navarra, 2006.

BOQUERA MATARREDONA, JOSEFINA

- *La Sociedad Unipersonal de Responsabilidad Limitada*, Civitas, Madrid, 1996.

CABRAS, GIOVANNI

- *Le società unipersonali*, GC, Ano XLIV, 1994, II.

CHIEFI, ILARIA

- *Sottocapitalizzazione della società, s.r.l. unipersonale e art. 2490-bis Cod. Civ.*, GC, Ano XXIII, 1996, I.

CAEIRO, ANTÓNIO AGOSTINHO

- *A Parte Geral do Código das Sociedades Comerciais*, Separata do número especial do BFDUC – *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró*, 1986, Coimbra.

CAMPOBASSO, GIAN FRANCO

- *La responsabilità del socio nella s.r.l. unipersonale*, GC, Ano xxi, 1994, I.

CAPPONI, MARCO CLAUDIO

- *Società unipersonale a r. l.: finalmente una realtà per l'ordinamento italiano*, Società, Ano XII, nº 4, 1993.

CARBAJO CASCÓN, FERNANDO

- *La Sociedad de Capital Unipersonal*, Aranzadi, Navarra, 2002.

COELHO, MARIA ÂNGELA COELHO

- *A limitação da responsabilidade do comerciante em nome individual*, in RDE, anos VI/VII, 1980/1981, 3-48.
- *A reforma da sociedade de responsabilidade limitada (GmbH) pela lei alemã de 4 de Julho de 1980 (GmbH-Novelle)*, in RDE, anos VI/VII, 1980/1981, 49-80.
- *A limitação da responsabilidade do comerciante individual: o EIRL e a sociedade por quotas unipessoal em confronto*, Os quinze anos de vigência do Código das sociedades Comerciais, Fundação Byssaia Barreto, 2003.

COLOMBO, GIULIO F.

- *Socio quasi totalitário di s.r.l. e attuazione della XII Directiva CEE*, GC, Ano XX, 1993, II.

CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES

- *O levantamento da personalidade colectiva no direito civil e comercial*, Almedina, Coimbra, 2000.
- *Direito Europeu das Sociedades*, Almedina, Coimbra, 2005.
- *Código das Sociedades Comerciais anotado* (coord. A. Menezes Cordeiro), Almedina, Coimbra, 2009.

CORDEIRO, PEDRO

- *A desconsideração da personalidade jurídica das sociedades comerciais*, AAFDL, Lisboa, 1994.

CORREIA, ANTÓNIO ARRUDA DE FERRER

- *Sociedade unipessoais de responsabilidade limitada*, in RDES, Ano I, 1945, n^{os} 5 e 6.
- *Sociedades fictícias e unipessoais*, Livraria Atlântida, Coimbra, 1948.
- *O problema das sociedades unipessoais*, in BMJ, nº 166, Maio de 1967.
- *Sobre a projectada reforma da legislação comercial portuguesa*, ROA, 1984.
- *La société d'une seule associe (droit portugais)*, BFDUC, XLI, 1965.
- *Lições de Direito Comercial*, vol. II, 1968.

CORREIA, ANTÓNIO ARRUDA DE FERRER/XAVIER, VASCO LOBO, CAEIRO, ANTÓNIO AGOSTINHO/ COELHO, MARIA ÂNGELA

- *Sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Anteprojecto da lei. 2ª redacção e exposição de motivos*, in RDE, ano III, 1977, nº 2, 349-423.

CORREIA, LUÍS BRITO

- *A Sociedade Unipessoal Por Quotas*, in Nos 20 anos do Código das Sociedades Comerciais – Homenagem aos Profs. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier, Vol I, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, 631-650.

CORREIA, MIGUEL PUPO CORREIA

- *Direito Comercial*, 9ª ed., Ediforum, Lisboa, 2005.
- *Sobre a responsabilidade por dívidas sociais dos membros dos órgãos da sociedade*, ROA, 2001.

COSTA, RICARDO ALBERTO SANTOS

- *As Sociedades Unipessoais*, in Problemas do Direito das Sociedades, AA.VV., IDET, Almedina, Coimbra, 2002, 25-63.
- *A sociedade por quotas unipessoal no direito português/Contributo para o estudo do seu regime jurídico*, Almedina, Coimbra, 2003.
- *Desafios interpretativos do art. 270º-G do CSC*, in Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita, AA.VV., I, BFDUC, Coimbra Editora, Coimbra, 2009.
- *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, AA.VV., (coord. de Jorge Coutinho de Abreu), I, 2010, II, 2011, IV, 2012.
- *Unipessoalidade societária*, Misc., nº 1, Almedina, 2003, 41-142.
- *Responsabilidade dos gerentes de sociedades por quotas perante credores e desconsideração da personalidade jurídica – Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 29.11.2007, Proc. 0735578*, CDP, 32, 2010.
- *A propósito do regime jurídico da sociedade unipessoal por quotas*, Estudos dedicados ao Prof. Doutor Mário Júlio Brito de Almeida Costa, Universidade Católica Editora, 2002.

COZIAN, MAURICE/ VIANDIER, ALAIN/ DEBOISSY, FLORENCE

- *Droit des Sociétés*, Litec, 2000.

CUNHA, CAROLINA

- *CSC em Comentário*, Vol. II, Almedina, 2011.

DOMINGUES, PAULO DE TARSO

- *Do Capital Social. Noção, princípios e função*, Studia Iuridica 33, Coimbra Editora, 2004.

- *A vinculação da sociedade por quotas no Código das Sociedades Comerciais*, in RFDUP, 2004, 277-307.

DUARTE, DIOGO PEREIRA

- *Aspectos do levantamento da personalidade colectiva nas sociedades em relação de domínio. Contributo para a determinação do regime da empresa plurissocietária*, Almedina, Coimbra, 2007.

DUARTE, RUI PINTO

- *Efeitos da declaração de insolvência quanto à pessoa do devedor*, Themis, RFDUNL, Almedina, 2005.

- II Congresso DSR, 2012.

DUQUE DOMÍNGUEZ, JUSTINO

- *Recientes desarrollos del derecho de los grupos de sociedades en el drecho español*, Conferências da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra 1999/2000, Coimbra Editora, 2000.

EPIFÂNIO, MARIA DO ROSÁRIO

- *Manual de Direito da Insolvência*, Almedina, 5ª ed., 2013.

- *Efeitos da Declaração de Insolvência sobre o Insolvente e outras Pessoas*, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita, Coimbra Editora, 2009.

- *Efeitos da Declaração de Insolvência sobre o Insolvente no novo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Direito e Justiça, Vol. XIX, Tomo II, 2005.

ESPÍRITO SANTO, JOÃO

- *Sociedade unipessoal por quotas*, Almedina, 2013.

ESTACA, JOSÉ MARQUES

- *Código das Sociedades Comerciais anotado (anot. aos arts. 270º-A a 270º-G (774-778), AA.VV.*, Almedina, Coimbra, 2011.

FERNANDES, LUÍS A. CARVALHO

- *Teoria Geral do Direito Civil*, Vol. I, 5ª ed., Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009.

FERNANDES, LUÍS A. CARVALHO/LABAREDA, JOÃO

- *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Quid Juris, 2ª ed., 2009.

FERREIRA, MARIA PRAZERES

- *Responsabilidade Ilimitada do Sócio Único em Caso de Falência da Sociedade Unipessoal por Quotas*, Jornal APOTEC, 1999.

FRADA, MANUEL ANTÓNIO CARNEIRO DA

- *A Responsabilidade dos Administradores na Insolvência*, ROA, Ano 66, II, Setembro 2006.

FURTADO, JORGE HENRIQUE DA CRUZ PINTO

- *Curso de Direito das Sociedades*, 5ª ed., (colab. de Nélson Rocha), Almedina, Coimbra, 2004.

- *Comentário ao Código das Sociedades Comerciais. Artigos 1º a 19º. Âmbito de aplicação. Personalidade e Capacidade. Celebração do contrato e registo*, Almedina, 2009.

GALGANO, FRANCESCO

- *Diritto Civile e Commerciale*. Vol. III. L'impresa e le società. Tomo II. Le società di capitale e le cooperative, 4ª Ed., Cedam, 2004.

GARRETT, JOÃO ANTÓNIO BAHIA DE ALMEIDA

- *A empresa individual no direito da lusofonia*, RED, Outubro, 2013, nº 2.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, MARIA BELÉN

- *La sociedad unipersonal en el derecho español*, La Ley, 2004.

GUEDES, AGOSTINHO CARDOSO

- *A limitação dos poderes dos administradores das sociedades anónimas operada pelo objecto social no novo Código das Sociedades Comerciais*, RDE, nº 13, 1987.

GUICHARD, RAÚL

- *O negócio consigo mesmo: uma tentativa de justificação do regime legal*, RCEJ, nº 11, 2007.

IGLESIAS PRADA, JUAN

- *La sociedad de responsabilidad limitada unipersonal*, Tratando de la Sociedad limitada, 1997.

JIMÉNEZ SÁNCHEZ/DÍAZ MORENO

- *Sociedad Unipersonal de Responsabilidad Limitada, Comentario al Regimen Legal de las Sociedades Mercantiles*, tomo XIC, Vol. 5º, dirigido por Rodrigo Úria/Aurelio Menéndez/Manuel Olivencia, Editorial Civitas, Madrid, 1998.

- *Comentario al Régimen Legal de las Sociedades Mercantiles*, 2ª Ed. Civitas, 2001.

LEITAO, LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES

- *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, 7ª Ed., 2013.

LIMA, PIRES/ VARELA, ANTUNES

- *Código Civil Anotado*, 4ª ed., Coimbra Editora, 1987.

MAGALHÃES, BARBOSA DE

- *As sociedades unipessoais em face da legislação portuguesa*, *Revista da Faculdade de Direito* (Universidade de São Paulo), XLII, 1948.

MARQUES, ELDA

- *CSC em Comentário*, Vol. II, Almedina, 2011.

MARTINS, ALEXANDRE SOVERAL

- *Código das Sociedades Comerciais – Alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 257/96, de 31 de Dezembro*, *Revista Jurídica da Universidade Moderna*, Ano I, 1998.

- *Da personalidade e capacidade jurídica das sociedades comerciais*, *Estudos de Direito das Sociedades*, 10ª Ed., Almedina, 2008.

- *CSC em Comentário*, Vol. I, Almedina, 2010.

- *Capacidade e representação das sociedades comerciais*, *Problemas do Direito das Sociedades*, Almedina, 2002.

MARTINS, LUÍS M.

- *Processo de Insolvência*, Almedina, 3ª Ed., 2013.

MATOS, ALBINO

- *Constituição de Sociedades. Teoria e Prática. Formulário*, 5ª Ed., Almedina, 2001.

MENDES, JOÃO CASTRO

- *Teoria Geral do Direito Civil*, Vol. II, AAFDL, 1995.

MONTEIRO, PINTO/MAIA, PEDRO

- *Sociedades Anónimas Unipessoais e a Reforma de 2006*, RLJ, Ano 139º, nº 3960, Coimbra Editora, 2009.

OPPO, GIORGIO

- *La nuova legislazione commerciale. Società, contratto, responsabilità (a propósito della nuova società a responsabilità limitata)*, RDC, XXXIX, 1993, II.

PERALTA, ANA MARIA

- *Sociedades Unipessoais*, Novas Perspectivas do Direito Comercial, Almedina, 1988.

PEREIRA, JOÃO AVEIRO

- *O contrato de suprimento*, Almedina, 1997.

PIDWELL, PEDRO

- *A tutela dos credores da sociedade por quotas unipessoal e a responsabilidade do sócio único*, DSR, Março 2012, Ano 4, Vol. 7.

PINTO, CARLOS ALBERTO DA

- *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª ed., por António Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, 2005.

PRENDES CARRIL

- *La sociedad de responsabilidad limitada. Compendio de Jurisprudencia Comentada*, Aranzadi, Navarra, 2002.

RAMOS, MARIA ELISABETE GOMES RAMOS

- *Questões de Direito Societário em Portugal e no Brasil*, (coord. FÁBIO ULHOA COELHO E MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO), Almedina, 2012.

RIBEIRO, MARIA DE FÁTIMA

- *A Tutela dos Credores da Sociedade por Quotas e a “Desconsideração da Personalidade Jurídica”*, Almedina, 2009.
- *O âmbito de aplicação do art. 270º-F, nº 4, do CSC e a responsabilidade “ilimitada” do sócio único*, DSR, Outubro de 2009, Ano 1, Vol. 2.
- *A responsabilidade de gerentes e administradores*, O Direito, 142º, 2010, I.

RIPERT, G./ROBLOT, R.

- *Traité de Droit Commercial*, 17ª ed., Tome I, 1998.

Rivista della Società – anno 33º/1998, Giuffrè, Milano, La società Unipersonale a Responsabilità Limitata.

SÁNCHEZ CALERO, JUAN

- *Instituciones de Derecho Mercantil*, Revisada com la colaboración de Juan Sánchez-Calero Guilarte, Vol. I, 25ª Ed., Mcgraw-Hill, Madrid.

SANTOS, FILIPE CASSIANO DOS

- *A Sociedade Unipessoal Por Quotas*, Coimbra Editora, 2009.
- *Sociedades Unipessoais por Quotas, exercício individual e reorganizações empresariais – reflexões a propósito do regime legal*, DSR, Ano 1, Março 2009, Vol. I.

SCOGNAMIGLIO, GIULIANA

- *La disciplina delle s.r.l. unipersonale: profili ricostitutivi*, GC, Ano XXI, 1994, I.

SERRA, CATARINA

- As novas Sociedades Unipessoais por Quotas, Scientia Iuridica, T. XLVI, nºs 265/267, 1997.
- *O Novo Regime Português da Insolvência – Uma Introdução*, 4ª Ed., Almedina, 2010.
- «Decotor ergo fraudator?» - *A insolvência culposa (esclarecimentos sobre um conceito a propósito de umas presunções) – Anotação ao Acórdão do TRP de 7.1.2008*, CDP, 2008.
- Emendas à (lei da insolvência) portuguesa – primeiras impressões, DSR, Ano 4, Vol. 7, Março 2012.
- *Falências Derivadas e âmbito subjectivo da falência*, Studia Iuridica 37, Coimbra Editora, 1999.

SERRA, ADRIANO PAES DA SILVA VAZ

- *Contrato consigo mesmo e negociação de directores ou gerentes de sociedades anónimas ou por quotas com as respectivas sociedades (algumas considerações)*, RLJ, ano 100º, 1967.
- *Contrato consigo mesmo*, RLJ, Ano 91º.

SFORZA, BARBARA DE DONNO

- *Le Società Unipersonali Nell'Esperienza Francese e Comunitaria, Un'Analisi Comparatistica*, Guiffrè Editore, 2001.

SILVA, PAULA COSTA E/ RUI PINTO

- *DLA, Código das Sociedades Comerciais anotado (coord. A. Menezes Cordeiro)*, Almedina, Coimbra, 2009.

SUBTIL, ANTÓNIO RAPOSO/ESTEVES, MARIA JOSÉ/ MARTINS, LUÍS M.

- *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, 2ª Ed., Vida Económica, 2006.

TASSINARI, FEDERICO

- *La società a responsabilità limitata con un unico socio*, GC, Ano XXI, 1994, II.

TELES, INOCÊNCIO GALVÃO

- *Contrato entre a sociedade anónima e o seu director*, Dir., 1955.

ÚRIA, RODRIGO

- *Derecho Mercantil*, 27ª Ed. Revisada en colaboración com Maria Luis Aparicio, Marcial Pons, 2000.

ÚRIA, RODRIGO/MENÉNDEZ, AURELIO/ IGLESIAS PRADA, JUAN LUIS

- *Curso de Derecho Mercantil*, 2ª Ed., Civitas, 2006.

- *Curso de Derecho Mercantil, I. Empresario, Establecimiento Mercantil y Actividad Empresarial. Derecho de la Competencia e de la Propiedad Industrial e Intelectual. Derecho de Sociedades*, coord. María Luisa Aparicio González, 2ª Ed., Civitas.

VASCONCELOS, PEDRO PAIS DE

- *Teoria Geral do Direito Civil*, 5ª Ed., Almedina, 2008.

- *A participação social nas sociedades comerciais*, 2ª ed., Almedina, Coimbra, 2006.

VAZ, TERESA ANSELMO

- *A responsabilidade do accionista controlador*, O Direito, 1996, III.IV.

VENTURA, RAÚL

- *Apontamentos para a Reforma da Sociedade Por Quotas de Responsabilidade Limitada*, in BMJ, nº 182, 1969.

- *Dissolução e Liquidação de Sociedades. Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, Almedina, Coimbra, 1987.

VV.AA, Palmer's Company Law. Anoted Guide to the Companies Act 2006, Thomson/Sweet & Maxwell, 2007.

ÍNDICE

Siglas	3
Abreviaturas	4
1. Introdução	6

CAPÍTULO I

A UNIPESSOALIDADE SOCIETÁRIA NO DIREITO COMPARADO, COMUNITÁRIO E PORTUGUÊS

2. A unipessoalidade societária no direito comparado	9
3. A unipessoalidade societária no direito português	10
4. A 12ª Directiva 89/667/CEE do Conselho em matéria de sociedades comerciais e a sua incorporação na legislação dos Estados-Membros da EU	11
5. EIRL	13
6. Categorias de unipessoalidade societária	15

CAPÍTULO II

A RESPONSABILIDADE DO SÓCIO ÚNICO

7. O art. 84º do CSC	18
8. Pressupostos de aplicação do art. 84º do CSC	21
8.1. A mistura ou confusão de patrimónios	21
8.2. A declaração de insolvência da sociedade	23

9. A natureza jurídica da responsabilidade do sócio único (art. 84º do CSC)	26
10. O âmbito de aplicação do art. 84º do CSC	27
11. O regime jurídico dos contratos celebrados entre o sócio único e a SUQ no direito comparado	30
12. O regime jurídico dos contratos celebrados entre o sócio único e a SUQ (art. 270º-F do CSC)	32
13. O fundamento do art. 270º-F do CSC	34
14. As sanções do nº 4 do art. 270º-F do CSC	36
15. A natureza jurídica da responsabilidade ilimitada do sócio único (art. 270º-F, nº 4, 2ª parte do CSC)	39
16. Conclusões	40
 Bibliografia	 42
Índice	52